

continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

5. Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado) Nota 3
Circulante		
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	49.477	50.398
Não circulante		
Aplicação vinculada - CDB (b)	84.798	81.362
Total de aplicações financeiras	134.275	131.760

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 102,56% do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária. (b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100,87% (101,06% em 31 de dezembro de 2022) com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas as debêntures (nota explicativa 11).

6. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Locação dos trens	35.107	18.751
Total do contas a receber	35.107	18.751

6(b) Aging do contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	20.107	18.751
Vencidos até 3 meses	15.000	-
Total do contas a receber	35.107	18.751

De acordo com o Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro ("Contrato de Locação"), e complementarmente com as regras de pagamento previstas no Contrato de Compartilhamento de Repasse e Receitas ("Contrato de Compartilhamento") o pagamento do preço da locação fica condicionado a uma parcela do Fluxo de Caixa Livre da CRB, que tem sistemática definida nos respectivos contratos.

7. Impostos, taxas e contribuições

7(a) Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS a recuperar	11.141	15.854
Saldo negativo de IRPJ e CSLL sobre antecipações e IRRF	4.838	4.838
INSS a compensar	112	112
Total do circulante	16.091	20.804
PIS/COFINS a recuperar	15.614	22.820
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	14.619
Total do não circulante	15.614	37.439
Total	31.705	58.243

7(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Prejuízo fiscal	89.190	89.846
Base negativa	32.118	32.353
Outras provisões	25	(27)
Total do ativo fiscal diferido	121.333	122.172
Diferença de depreciação	(19.198)	(10.326)
Outros	-	-
Total do passivo fiscal diferido	(19.198)	(10.326)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	102.135	111.846

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Com base nas projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

9. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria em prédios e instalações de terceiros	Equipamentos de informática	Equipamentos de telecomunicações	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (a)	Total
CUSTO							
Saldos em 31/12/2022	782.518	293.631	33.432	1.855	1.801	10.087	1.123.324
Adições	-	-	-	-	-	1.107	1.107
Baixas (2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Saldos em 31/12/2023	782.516	293.631	33.432	1.855	1.801	11.194	1.124.229
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2022	(257.587)	(109.437)	(22.894)	(833)	(1.000)	-	(391.751)
Adições (36.784)	-	(21.273)	(2.489)	(31)	(172)	-	(60.749)
Baixas 1	-	-	-	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2023	(294.370)	(130.710)	(25.383)	(864)	(1.172)	-	(452.499)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	488.146	162.921	8.049	991	629	11.194	671.930
Em 31/12/2022	524.931	184.194	10.538	1.022	801	10.087	731.573
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	781.162	292.941	31.317	1.855	1.802	13.025	1.122.102
Adições (37)	-	-	(2)	-	-	1.262	1.262
Baixas 1.393	-	-	2.117	-	(1)	-	(40)
Transferência	1.393	690	-	-	-	(4.200)	(2.107)
Saldos em 31/12/2022	782.518	293.631	33.432	1.855	1.801	10.087	1.123.324
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2021	(221.593)	(91.714)	(20.297)	(833)	(854)	-	(335.291)
Adições (36.014)	-	(17.723)	(2.599)	-	(146)	-	(56.482)
Baixas 20	-	-	2	-	-	-	22
Saldos em 31/12/2022	(257.587)	(109.437)	(22.894)	(833)	(1.000)	-	(391.751)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	524.931	184.194	10.538	1.022	801	10.087	731.573
Em 31/12/2021	559.569	201.227	11.020	1.022	948	13.025	786.811

(a) O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens CRC e adequações no centro de manutenção no centro de controle operacional.

Prazo de depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada até o término do Contrato de aluguel dos trens, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão da CRB, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor total de depreciação foi apresentado na rubrica de custo dos serviços prestados no montante de R\$ 49.542 (R\$ 46.343 em 31 de dezembro de 2022) e na rubrica de despesas operacionais no valor de R\$ 11.206 (R\$ 10.183 em 31 de dezembro de 2022).

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, caso haja indicativo negativo de recuperabilidade, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração; (ii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

As principais premissas utilizadas, em 2023, para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,5% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 4,0%. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo da Companhia com fornecedores totalizava R\$ 210 (R\$ 955 em 31 de dezembro de 2022).

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	71	674
Fornecedores no exterior	139	281
Total circulante	210	955

11. Debêntures

	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado) Nota 3
Objeto		
Inde- Juros		
xador anuais		
Vencimento		
Circu- Não		
lante circulante		
Total		
3ª Emissão	117.491	621.489
Debêntures TR 9,69% 20/12/2029	621.489	738.980
Custo de captação	(157)	(770)
Total	117.334	620.719
		(927)
		(1.082)
		855.083

As Debêntures são da espécie com garantia fluante, que consiste em privilégio geral sobre os ativos da Emissora, e garantia adicional real e fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Em conexão com a cláusula 3.4.2 estipulada no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, que determina que a Companhia deva manter uma conta reserva no valor das 5 próximas parcelas do pagamento de principal e juros, vide nota explicativa 5.

	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado) Nota 3
Saldo no início do exercício	855.083	886.019
Juros	73.472	82.337
Varição monetária	13.943	15.149
Pagamento principal	(115.726)	(61.724)
Pagamento de juros	(74.098)	(55.039)
Pagamento variação monetária	(14.778)	(11.815)
Custo de captação	157	156
Saldo no fim do exercício	738.053	855.083
Circulante	117.334	118.795
Não circulante	620.719	736.288

	31/12/2023	31/12/2022
2024	9.439	9.439
2025	9.573	9.573
2026	12.672	12.672
2027	16.583	16.583
2028 até 2031	73.066	73.066
Total das projeções de realização do ativo fiscal diferido	121.333	121.333
Total dos ativos fiscais diferidos	121.333	121.333

7(c) Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	4.021	2.417
Tributos em parcelamento - PIS e COFINS (*)	4.548	5.928
INSS sobre terceiros	68	90
IRRF e CSRF	20	41
ISS	5	10
Total passivo	8.662	8.486
Passivo circulante	5.886	4.341
Passivo não circulante	2.776	4.145

(*) O parcelamento foi solicitado junto à Receita Federal do Brasil no prazo de 60 meses, a partir de fevereiro de 2021 até janeiro de 2026 atualizado pela taxa SELIC.

Realização do parcelamento:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	1.772	1.772
2025	2.562	2.562
2026	214	214
Total do Parcelamento	4.548	4.548

7(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	78.269	81.966
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.611)	(27.868)
Exclusões permanentes	911	10.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	-
Outros	70	-
Total	(25.630)	(17.243)
Impostos correntes	(15.920)	(5.676)
Impostos diferidos	(9.710)	(11.567)
Total impostos no resultado	(25.630)	(17.243)

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do Metrobarra, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, foram aprovadas pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis.

	31/12/2023	31/12/2022
Parte relacionada	Transação	Relação
	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada
MetrôRio	1.720	19.451
Total	1.720	19.451

	31/12/2023	31/12/2022
Parte relacionada	Transação	Relação
	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada
MetrôRio	50	42
Total	50	42

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo serviços e custos e despesas relacionados às instalações e recursos administrativos, financeiros ou de pessoal, utilizados, aproveitados e/ou colocados à disposição das Partes, de forma comum, no desenvolvimento das atividades necessárias e usuais à consecução dos seus respectivos objetivos sociais.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores no montante de R\$ 1.178 em 31 de dezembro de 2023 ocorreu através do compartilhamento de despesas, vide no quadro abaixo.

	31/12/2023	31/12/2022
Parte relacionada	Transação	Relação
	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada
MetrôRio	50	42
Total	50	42

Composição dos pagamentos das debêntures por ano de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado) Nota 3
2024	117.491	118.951
2025	127.298	115.725
2026	127.298	127.298
2027	138.879	127.298
2028 em diante	228.014	366.893
Total debêntures	738.980	856.165
Custo de captação	(927)	(1.082)
Total debêntures líquidas	738.053	855.083

Em 20 de novembro de 2015, o Metrobarra aprovou a 3ª emissão de debêntures privadas não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com esforços restritos no valor de R\$ 932.861, remuneradas a 100% da TR + 9,69% a.a. e tem vencimento em 20 de dezembro de 2029, e garantidas pela alienação fiduciária das ações do Metrobarra, cessão fiduciária de direitos creditórios e fiança corporativa. O boletim de subscrição para emissão foi assinado em 12 de maio de 2016, utilizando parcialmente para quitação de R\$ 600.000 da 4ª emissão. Em 30 de dezembro de 2021, através do 9º Aditamento à Escritura de Emissão ficou acordado um "Novo Período de Standstill" no qual as parcelas de remuneração devidas de novembro de 2021 a abril de 2022 foram suspensas e incorporadas ao saldo do valor nominal unitário. Atualmente a Companhia está adimplente com as parcelas decorrentes do contrato de Emissão de Debêntures.

Destinação dos recursos

Parte dos recursos captados pela Companhia por meio da 3ª emissão de debêntures foi utilizada para pagamento do principal e juros objeto da 4ª emissão de debêntures.

Hipóteses de vencimento antecipado e cláusulas restritivas

Nos termos dos contratos das debêntures a Companhia está sujeita às cláusulas restritivas e ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) prestação de fiança e/ou aval pela Emissora, a partir da Data de Emissão, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus controladores,

continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

15. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	18.349	9.379
Variáveis monetárias passivas	2.915	8.006
Variável cambial ativa	7	2.180
Total receitas financeiras	21.271	19.565
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre debêntures	(87.415)	(97.486)
Variáveis monetárias passivas	(522)	(686)
Comissões e despesas bancárias	(364)	(798)
Custo de captação	(157)	(156)
Variável cambial passiva	(89)	(1.651)
Outros	(43)	(885)
Total despesas financeiras	(88.610)	(101.662)
Total resultado financeiro, líquido	(67.339)	(82.097)

16. Resultado por ação

O cálculo básico e o diluído do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

	Ordinárias	31/12/2023	31/12/2022
Numerador básico			
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	52.639	64.723	
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	3.100.261	3.100.261	
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,0170	0,0209	

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023.

17. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguros contra danos materiais e responsabilidade civil conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco Operacional (a)*	280.000	01/08/2022	01/02/2024	Tokio Marine
Responsabilidade Civil Geral (b)*	60.000	01/08/2022	01/02/2024	Swiss RE
Transporte Nacional* Transporte Internacional*	5.000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio Marine
Risco Cibernético	US\$ 4.000	28/02/2023	28/02/2024	Tokio Marine
	25.000	03/04/2023	03/04/2024	AIG
	Tabela FIPE			
Automóveis	100%	24/08/2023	24/08/2024	Porto Seguro
Directors & Officers	40.000	08/11/2023	08/11/2024	Berkley

* As apólices foram renovadas após o fim da vigência.

(a) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice.

(b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada desde que sejam involuntários e acidentais.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. Instrumentos financeiros e concentração de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de operação consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	25.025	11.805
Aplicações financeiras	134.275	131.760
Contas a receber	35.107	18.751
Partes relacionadas	—	50
Total do ativo	194.407	162.366
Passivos		
Fornecedores	210	955
Partes relacionadas	1.720	42
Debêntures	738.053	855.083
Total do passivo	739.983	856.080

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **18(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

18(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas a variação do CDI e as debêntures à variação da TR.

18(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia mantém contas correntes bancárias em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

18(d) Risco de taxa de câmbio

O Metrobarra poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos compromissos que o mesmo assumiu para aquisição sistemas operacionais, considerando-se que parte destes itens serão adquiridos no mercado externo.

18(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das debêntures.

31 de dezembro de 2023

	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Debêntures	117.491	532.354	89.135	738.980
Fornecedores	210	—	—	210

18(f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	10,53%	7,90%	5,27%
TR Passivo (% ao ano)	0,66%	0,83%	0,99%

Fonte: IBGE e B3 em 31 de dezembro de 2023

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Resultado			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	25.020	2.635	1.977	1.319
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	134.275	14.139	10.608	7.076
Total		159.295	16.774	12.585	8.395
Debêntures	TR	738.980	4.877	6.134	7.316
Total		738.980	4.877	6.134	7.316

18(g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (i)	738.980	856.165
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	(25.025)	(11.805)
Aplicações financeiras (ii)	(134.275)	(131.760)
Dívida líquida	579.680	712.600
Patrimônio líquido	310.511	257.872
Patrimônio líquido e dívida líquida	890.191	970.472
Índice de alavancagem financeira - %	65	73

(i) Desconsiderado o custo de captação.

(ii) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em

instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do rating, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Banco	Moody's	Standard & Poor's	Fitch
Banco Bradesco S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco BTG Pactual S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Itaú S.A.	AAA.br	—	AAA(bra)
Banco PAN S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)

19. Adiantamento para futuro investimento**Adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra ("CRB")**

A Concessionária Rio Barra ("CRB") foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte ferroviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013, Metrobarra passa a ter os direitos e deveres do contrato de compra e venda da CRB.

Em 15 de outubro de 2013, o Metrobarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$ 53.564 a título de adiantamento para aquisição futura dessa empresa. Após a transferência efetiva do controle da CRB, será realizado o pagamento do Preço das Ações, formado por uma parte à vista, correspondente às despesas ordinárias conforme definidas no contrato, limitadas a R\$ 1.200 anuais atualizado pelo IPCA, mais uma parte variável a ser paga aos antigos acionistas da CRB baseada no número de usuários entrantes nas estações da linha 4 do Metrô (chamado PVPA - Parcela Variável do Preço de Aquisição).

Em julho de 2013, o Metrobarra assinou contratos complementares ao contrato de aquisição de CRB:

- Contrato de operação e manutenção: Foi assinado entre CRB, MetrôRio e o Metrobarra (interventente), CRB e o poder concedente (interventente) o contrato de operação e manutenção, onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

- Contrato de compartilhamento de receitas: Foi assinado entre CRB, MetrôRio e o Metrobarra (interventente) o contrato que determina o modelo de compartilhamento de receitas entre as duas empresas.

- Contrato de locação: Foi assinado entre Metrobarra e CRB, atual concessionária da Linha 4, contrato de locação de trens e sistemas operacionais.

Os contratos complementares visam garantir a operação e manutenção da Linha 4.

A origem do "Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da Concessionária Rio Barra S.A. - CRB e Outras Avenças", celebrado em 23 de novembro de 2012, cedido ao Metrobarra S.A. (METROBARRA), informamos que por não terem sido implementadas as condições precedentes previstas no referido instrumento, o METROBARRA iniciou procedimento arbitral contra a CRB e seus atuais acionistas. A CRB também apresentou contra pleitos e requereu indenização pelas perdas e danos suportados pela concessionária. Em 12 de julho de 2017, foi deferida a liminar que mantém o efeito suspensivo do exercício da opção de compra. Em 15 de setembro de 2020 foi declarada encerrada as atividades administrativas relacionadas ao procedimento arbitral em epígrafe sendo favorável a Companhia. Com isso, o Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da CRB e Outras Avenças continua vigente tendo sua conclusão nos próximos anos.

Em 23 de novembro de 2023, a Concessionário Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio") através de fato relevante divulgou a celebração de um Memorando de Entendimentos ("Memorando") com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, a Controladoria-Geral do Estado, a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), a OEC S.A. e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

Nos termos do Memorando, as partes concordam em desenvolver estudos sobre a viabilidade jurídica, técnica e financeira e buscar solução consensual e definitiva para a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea e para as disputas judiciais e administrativas envolvendo o Contrato de Concessão das Linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro ("Linhas 1 e 2") e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 ("Contrato L4").

A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

A DIRETORIA

CONTADOR
João Marcos Barbosa
CRC RJ 11-4001/O

CONTROLLER CORPORATIVO
Daniel Antunes Azevedo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MetroBarra S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do MetroBarra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela fundação IFRS como "Normas Contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A partir da próxima página, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento da receita de locação (Notas 1, 2.4 e 14)

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A receita da Companhia é gerada pela locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação ("Material Rodante e Sistemas") para a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"). Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria considerando sua relevância.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento de receita; o confronto das informações contidas em relatórios auxiliares com a receita reconhecida no sistema contábil; a verificação da consistência entre os relatórios auxiliares, registros contábeis e os termos do contrato de locação com a CRB; e a avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Realização de créditos tributários diferidos

Descrição do PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativo fiscal diferido no montante de R\$ 121 milhões (2022 - R\$ 122 milhões) (Nota 7(b) às demonstrações financeiras). O ativo fiscal diferido foi mensurado considerando a probabilidade de lucro tributável futuro, que envolve julgamentos significativos por parte da administração. Por esses motivos e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a verificação das bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. (ii) o entendimento e avaliação de razoabilidade das premissas para determinação do valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está suportado por projeções de resultado; (iii) a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das const

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COMPANHIA

Apresentação da Companhia

HMOBI Participações S.A. foi fundada em 8 de dezembro de 2020, e tem como objeto social investimentos em projetos no setor de infraestrutura...



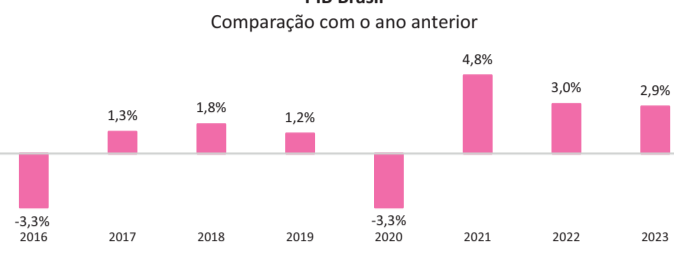
Mensagem da Administração

Prezados clientes, acionistas, parceiros e demais stakeholders, É com grande satisfação que compartilho o relatório anual da administração da HMOBI...

DESTAQUES DE 2023. Receita Bruta. No ano de 2023, a Receita Bruta apresentou aumento de 20,1% em comparação com o ano de 2022...

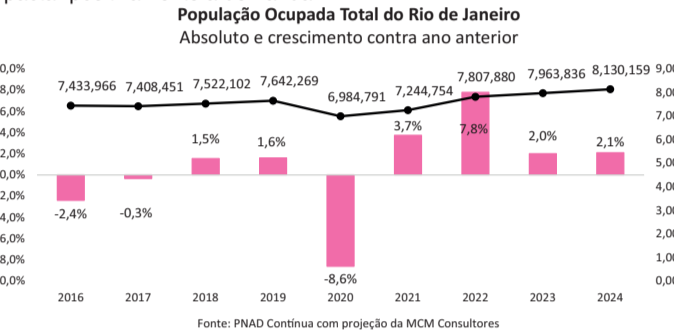
Resultados Financeiros. Receita Consolidada. Receita Tarifária: 918,7 (2023) vs 757,6 (2022). Receita de Locação de Trens: 242,9 (2023) vs 203,3 (2022).

PIB Brasil



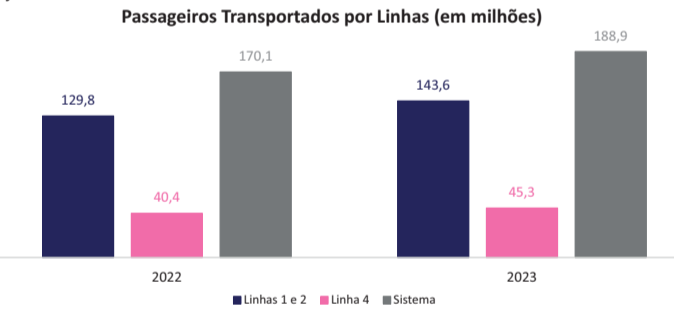
Fonte: MCM Consultores (realizado até 2022 e projeção para 2023 e 2024) Ao analisar-se o cenário econômico do Rio de Janeiro, pode-se observar três indicadores que se destacam e evidenciam o grande potencial da região...

População Ocupada Total do Rio de Janeiro. Absoluto e crescimento contra ano anterior. 2016: 7.433.966 (-3,3%); 2017: 7.408.451 (-0,3%); 2018: 7.522.102 (1,5%); 2019: 7.642.269 (1,6%); 2020: 6.984.791 (-8,6%); 2021: 7.244.754 (3,7%); 2022: 7.807.880 (7,8%); 2023: 7.963.836 (2,0%); 2024: 8.130.159 (2,1%).



População Ocupada com carteira assinada do Rio de Janeiro. Absoluto e crescimento contra ano anterior. 2016: 3.298.891 (-7,5%); 2017: 3.089.634 (-6,3%); 2018: 2.944.774 (-4,7%); 2019: 2.945.419 (0,0%); 2020: 2.666.906 (-9,5%); 2021: 2.634.377 (-1,2%); 2022: 2.896.382 (9,9%); 2023: 3.046.131 (5,2%); 2024: 3.133.803 (2,9%).

Passageiros Transportados por Linhas (em milhões). 2022: Linhas 1 e 2 (129,8), Linha 4 (40,4), Sistema (170,1). 2023: Linhas 1 e 2 (143,6), Linha 4 (45,3), Sistema (188,9).



Indicadores de Desempenho Operacional. De acordo com o Contrato de Concessão, que prevê indicadores mínimos de qualidade, a HMOBI, através das suas controladas MetrôRio e MetroBarra, vem superando a cada ano os indicadores operacionais e suas respectivas metas.

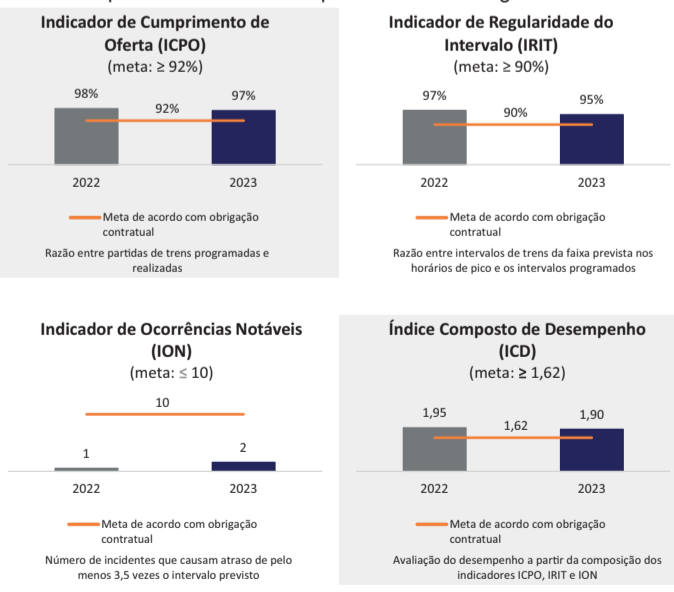


Table with 3 columns: Indicador, 2023, 2022, Δ. Rows include Receita Tarifária, Receita de Locação de Trens, Receita Bruta, etc.

A Receita Bruta da Companhia atingiu R\$1,230 milhões no ano de 2023 (+20,1% vs 2022). A principal fonte de receita da companhia é a Receita Tarifária, que no ano de 2023 atingiu R\$918,7 (+21,3% vs 2022).

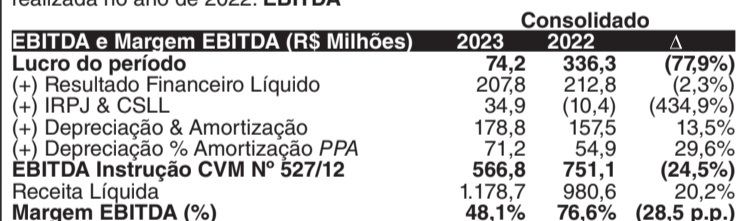
se reflete em maior busca por lojas ao longo das 41 estações do sistema. Além de locações de espaços físicos, fazem parte das Receitas Acessórias os contratos de mídia nas estações e trens e contratos de telecom.

Table with 3 columns: Custos e Despesas (R\$ Milhões), 2023, 2022, Δ. Rows include Pessoal, Conservação & Manutenção, Operacionais, etc.

Outras Receitas e Despesas Operacionais. Em 2022, essa linha foi significativamente impactada pelo recebimento do ressarcimento emergencial relacionado aos impactos da COVID-19 do ano de 2020, no valor de R\$ 286 milhões.

Table with 3 columns: Outras Receitas e Despesas (R\$ Milhões), 2023, 2022, Δ. Rows include Receitas Regulatórias, Receita venda de energia, etc.

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões). Lucro do período: 74,2 (2023) vs 336,3 (2022) (-77,9%).



Em 2023, registramos um EBITDA de R\$566,8 milhões, denotando um crescimento de 21,9% em comparação com o ano anterior, desconsiderando o efeito não recorrente do ressarcimento emergencial relacionado ao impacto da pandemia de COVID-19 em 2020, totalizou R\$465,0 milhões.

Resultado Financeiro Líquido Consolidado. Resultado Financeiro (R\$ Milhões): 2023: 207,8; 2022: -207,8 (-18,3%).

Table with 3 columns: Resultado Financeiro (R\$ Milhões), 2023, 2022, Δ. Rows include Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Resultado Financeiro.

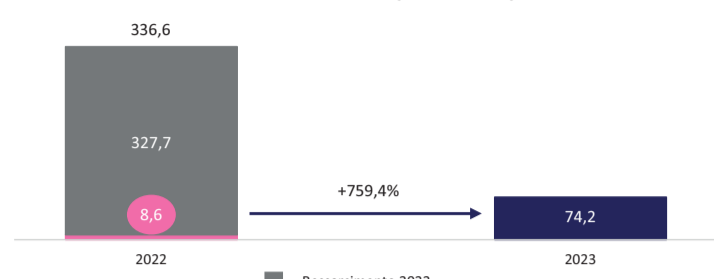
Resultado do Exercício Consolidado. Lucro do Exercício (R\$ Milhões): 74,2 (2023) vs 336,3 (2022) (-77,9%). No ano de 2023 a Companhia registrou o resultado positivo de R\$74,2 milhões, influenciada pelo reajuste tarifário que entrou em vigor em abril de 2023, a recuperação da demanda e o contínuo e eficiente controle de custos e despesas nas controladas MetrôRio e MetroBarra.

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro do Exercício (R\$ milhões)

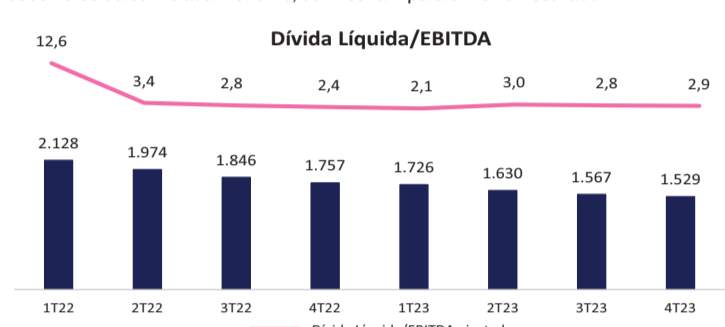


Excluindo o efeito não recorrente do ressarcimento emergencial referente ao impacto da COVID-19 no ano de 2020, o Lucro normalizado da companhia foi de R\$8,6 milhões, que comparado ao ano de 2023 apresentou um crescimento de 759,4%, atingindo R\$74,2 milhões.

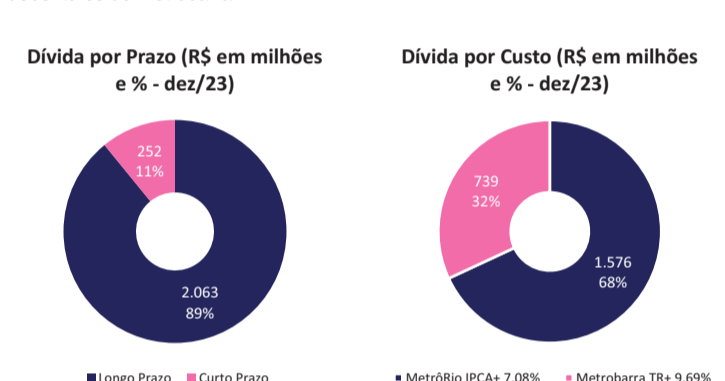
Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)			
	dez/23	dez/22	Δ
Dívida Bruta	2.241,0	2.353,1	(4,8%)
Curto Prazo	242,7	323,5	(25,0%)
Longo Prazo	1.998,3	2.019,6	(1,5%)
Disponibilidades	711,9	596,3	19,4%
Caixa e Aplicações Financeiras	711,9	596,3	19,4%
Dívida Líquida	1.529,1	1.756,8	(13,0%)

A Dívida Líquida da Companhia segue trajetória de queda em relação aos trimestres anteriores. Na comparação entre os anos de 2023 e 2022, houve queda de 13,0% e sua alavancagem financeira medida pelo indicador Dívida líquida/EBITDA se manteve estável no período. O aumento de 19,4% do saldo de caixa e aplicações, maiores Receitas Financeiras, além da menor variação no IPCA, com impacto na dívida e pagamento da primeira PMT das debêntures da controlada MetrôRio, contribuíram para o melhor resultado.



A companhia, através de suas controladas, está em pleno cumprimento com todas as obrigações previstas na 9ª emissão de debêntures de MetrôRio e da 3ª emissão de debêntures de Metrobarra.



Investimentos

Balancço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Controladora	Consolidado	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	276.950
Aplicações financeiras	5	—	350.143
Contas a receber	6	—	109.036
Estoque	7	—	83.537
Tributos a recuperar	8(a)	—	24.168
Adiantamentos	—	86	11.561
Despesa antecipada	85	—	10.458
Outras contas a receber	9	—	614
Total do ativo circulante	87	89	866.467
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	—	84.798
Contas a receber	6	—	15.950
Tributos a recuperar	8(a)	—	16.714
Adiantamento para futuro investimento	29	—	53.564
Depósitos judiciais	20(c)	—	12.626
Investimento	12	2.327.755	2.249.192
Imobilizado	13	—	872.921
Intangível	14	476	3.144.456
Infraestrutura em construção	14	—	47.492
Total do ativo não circulante	2.328.231	2.249.192	4.248.521
Total do ativo	2.328.318	2.249.281	5.114.988

Balancço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora	Consolidado	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	276.950
Aplicações financeiras	5	—	350.143
Contas a receber	6	—	109.036
Estoque	7	—	83.537
Tributos a recuperar	8(a)	—	24.168
Adiantamentos	—	86	11.561
Despesa antecipada	85	—	10.458
Outras contas a receber	9	—	614
Total do ativo circulante	87	89	866.467
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	—	84.798
Contas a receber	6	—	15.950
Tributos a recuperar	8(a)	—	16.714
Adiantamento para futuro investimento	29	—	53.564
Depósitos judiciais	20(c)	—	12.626
Investimento	12	2.327.755	2.249.192
Imobilizado	13	—	872.921
Intangível	14	476	3.144.456
Infraestrutura em construção	14	—	47.492
Total do ativo não circulante	2.328.231	2.249.192	4.248.521
Total do ativo	2.328.318	2.249.281	5.114.988

Passivo e patrimônio líquido

Passivo e patrimônio líquido	Controladora	Consolidado	
Circulante			
Fornecedores	15	420	65
Empréstimos e debêntures	16	—	242.743
Receita diferida	19	—	16.373
Tributos a recolher	8(c)	8	9.376
Obrigações com empregados e profissionais-chave	11(a)	8	9.376
Dividendos a pagar	10 e 21(b)	—	36.032
Adiantamentos de clientes	18	—	6.127
Contas a pagar - Partes relacionadas	10	5.177	2.341
Outras contas a pagar	—	535	535
Total do passivo circulante	6.148	38.991	428.280
Não circulante			
Debêntures	16	—	1.998.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(b)	—	174.661
Tributos a recolher	8(c)	—	2.776
Dividendos a pagar	10 e 21(b)	37.674	—
Obrigações a pagar pelo direito de concessão	17	—	18.631
Provisão para riscos processuais	20	—	165.283
Receita diferida	19	—	1.359
Outras contas a pagar	—	—	3.534
Total do passivo não circulante	37.674	—	2.402.212
Patrimônio líquido			
Capital social	21(a)	1.100.578	1.100.578
Reserva de capital	21(c)	733.552	733.552
Reservas de lucros	21(d)	450.366	376.160
Patrimônio líquido	2.284.496	2.210.290	2.284.496
Total do passivo e patrimônio líquido	2.328.318	2.249.281	5.114.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado	
Receita operacional líquida	22	—	1.178.733
Custo dos serviços prestados	23	—	(671.524)
Lucro bruto	—	—	507.209
Receitas/Despesas operacionais			
Equivalência patrimonial	12 e 23	113.461	365.340
Gerais e administrativas	23	(59.051)	(42.617)
Outras receitas e (despesas) operacionais	23	—	27.456
Resultado operacional	54.410	322.723	316.855
Receitas financeiras	24	—	92.602
(Despesas) financeiras	24	(1.793)	(136)
Resultado financeiro líquido	(1.793)	(136)	(207.781)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.617	322.587	109.074
Imposto de renda e contribuição social	8(d)	21.589	13.748
Lucro líquido do exercício	74.206	336.335	74.206
Quantidade média de ações ao final do exercício (em milhares de ações)	—	1.834.130	1.834.130
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	25	0,0405	0,1834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

R\$ Milhões	Consolidado		
	dez/23	dez/22	Δ
Imobilizado	3,0	3,8	(22,0%)
Adições	3,0	3,8	(22,0%)
Intangível	116,7	87,1	(33,9%)
Adições	116,7	87,1	(33,9%)
Total do Investido	119,7	91,0	31,6%

Entre os investimentos realizados pela HMOBI em 2023 através das suas controladas MetrôRio e Metrobarra, destacamos a iniciativa da criação da área de segurança operacional, aumento de estoques de segurança voltado para bens e equipamentos, recuperação estrutural de contenções, investimentos com TI, melhoria na infraestrutura predial e revitalizações em geral, objetivando a entrega de um serviço de qualidade, seguro e eficiente para os clientes. ESG. Em 2023, a HMOBI através das suas controladas MetrôRio e Metrobarra publicaram o primeiro Relatório Anual de Environmental, Social and Governance ("ESG"), para mais informações, o relatório encontra-se disponível no site de RI da HMOBI (https://ri.hmobi-sa.com.br/relatorio-esg).

Rio de Janeiro, 26 de março de 2023.
Herbert Adriano Quirino dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Equipe de Relação com Investidores
dri@metrorio.com.br
Daniel Azevedo
Larissa Berto
+55 21 3211-6172
http://ri.hmobi-sa.com.br/

Rio de Janeiro, xx de março de 2023. Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, divulga os resultados do ano de 2023. Foram realizadas comparações com o ano de 2022, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Demonstração do Resultado		
Consolidado		
	2023	2022
Receita Bruta	1.230,6	1.024,3
Receitas Tarifárias	918,7	757,6
Receita com Locação de Trens	242,9	203,3
Receitas Acessórias	68,9	63,4
Deduções	(51,9)	(43,7)
Receita Líquida	1.178,7	980,6
Custos e Despesas	(889,3)	(776,1)
Pessoal	(281,4)	(230,6)
Conservação & Manutenção Operacionais	(132,5)	(111,8)
Operacionais	(183,6)	(162,4)
Despesas Administrativas	(60,9)	(46,9)
DD / Contingências	4,3	(26,6)
Depreciação & Amortização	(178,8)	(157,5)
Depreciação & Amortização PPA	(71,2)	(54,9)
Contingência PPA	14,7	14,5
Outras Receitas / Despesas	27,5	334,2
RESULTADO OPERACIONAL	316,9	538,7
Resultado Financeiro Líquido	(207,8)	(212,8)
Receitas Financeiras	92,6	94,2
Juros sobre aplicações financeiras	86,5	37,2
Variação monetária ativa	5,3	54,7
Variações cambiais ativas	0,5	2,2
Outros	0,3	0,1
Despesas Financeiras	(300,4)	(307,0)
Juros e variação monetária debêntures	(276,6)	(267,9)
Custo de captação	(10,1)	(9,5)
Variação monetária passiva	(8,6)	(23,1)
Comissões e despesas bancárias	(4,3)	(3,0)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31/12/2021	1.100.578	733.552	3.793	36.032	—	—	1.909.987
Dividendos a pagar	—	—	—	—	—	(36.032)	(36.032)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	336.335	336.335
Destinação do lucro	—	—	16.817	159.759	159.759	(336.335)	—
Saldos em 31/12/2022	1.100.578	733.552	20.610	195.791	159.759	—	2.210.290
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	74.206	74.206
Destinação do lucro	—	—	3.710	35.248	35.248	(74.206)	—
Saldos em 31/12/2023	1.100.578	733.552	24.320	231.039	195.007	—	2.284.496

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes dos impostos e contribuição		52.617	322.587	109.074	325.923	—	—	
Ajustes:								
Depreciação e amortização	14	9	—	186.662	157.459	—	—	
Mais (menos) valia - Depreciação e amortização	23	71.213	54.939	71.213	54.939	—	—	
Baixa de imobilizado e intangível	13 e	—	—	628	794	—	—	
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	—	—	2.145	(3.084)	—	—	
Variações monetárias e encargos, líquidos	23	1.641	—	283.007	283.092	—	—	
Equivalência patrimonial	12	(113.461)	(365.340)	—	—	—	—	
Provisão (Reversão) para riscos processuais	20(a)	—	—	(14.017)	(5.474)	—	—	
Mais (menos) valia - Reversão para riscos processuais	20(a)	(14.725)	(14.504)	(14.726)	(14.504)	—	—	
Amortização custo de captação de debêntures	—	—	—	9.316	156	—	—	
Resultado do exercício ajustado		(2.706)	(2.318)	633.302	799.301			
(Aumento) redução nos ativos operacionais:								
Contas a receber de clientes	6	—	—	31.796	(107.880)	—	—	
Estoque	7	—	—	(11.312)	2.409	—	—	
Tributos a recuperar	8(a)	—	—	22.968	(15.806)	—	—	
Depósitos judiciais	20(c)	—	—	9.750	19.346	—	—	
Adiantamentos	—	86	(86)	(7.979)	(2.918)	—	—	
Despesa antecipada	9	(85)	—	17.115	(15.471)	—	—	
Outras contas a receber	—	—						

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma).

1. Informações gerais: HMOBI Participações S.A. ("HMOBI" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2000, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 8 de dezembro de 2020, e tem como objeto social investimentos em projetos no setor de infraestrutura, incluindo a exploração, operação e administração de rodovias, vias urbanas, estradas, sistemas metroviários, barcas, entre outros modos de transportes de pessoas e cargas, por meio da participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado. Em 07 de abril de 2021, foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A" para a HMOBI. A partir desta data, a Companhia deve, obrigatoriamente, proceder ao envio das informações periódicas e eventuais pelo Sistema Empresas.NET, nos termos dos artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/09. E em 23 de agosto de 2021, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") deferiu seus pedidos de listagem e admissão à negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento Básico da B3. Em 8 de novembro 2021, Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP") passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI, tendo a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petróbras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI") como os demais acionistas; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da controlada MetrôRio e controlada Metrobarra. A HMOBI e o conjunto de empresas controladas são denominados "Grupo HMOBI" ou "Grupo". Em 17 de dezembro de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - (AGETRANSPP), através da Deliberação nº 1.218, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à controlada MetrôRio referente ao período de março a dezembro de 2020, conforme solicitação formalizada em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Em 1º de abril de 2022 a controlada MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos: (i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022. Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSPP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final; (ii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, a controlada MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente; e (iii) alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, a controlada MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente a controlada MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de abril de 2024, conforme convenção no Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O valor referencial acordado será quitado em 4 parcelas ao longo do ano de 2023, sendo que 2 parcelas foram pagas em 03 de maio de 2023, restando ainda 2 a serem liquidadas. (vide nota explicativa 6) Em 08 de março de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Cedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSPP), homologou: "Reajuste tarifário ordinário de 5,77%", tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2023; e "A manutenção do desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente, conforme previsto no Contrato de Concessão, de modo que a tarifa padrão praticada será no valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para o período compreendido entre 12 de abril de 2023 e 11 de abril de 2024. Em 04 de abril de 2023 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 48.452, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2023, pelo prazo de 12 meses. Os investimentos nas controladas foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota explicativa nº 12 - Investimento), nas demonstrações contábeis da controladora. Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 438.187 (capital circulante líquido positivo de R\$ 228.394, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e lucro de R\$ 74.206 (lucro líquido de R\$ 336.335, em 31 de dezembro de 2022).

2. Políticas contábeis materiais:

2.1 Aprovação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O encerramento das Demonstrações Financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 26 de março de 2024.

2.2 Principais normas, alterações e interpretações de norma. Normas novas e alteradas no exercício corrente. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements"; também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

2.3 Base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.4 Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12). A Companhia contabiliza o contrato de concessão, respectivo sua controlada MetrôRio, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autoriza-

ção (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. O ativo intangível é amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCP05.

2.5 Reconhecimento de receita. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: (a) Receitas de serviços. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receita a seguir: • venda de passagem; • locação de carros metroviários; e • receitas acessórias, como locação de espaço físico. **Venda de passagem.** A Companhia através da sua controlada MetrôRio reconhece as receitas com venda de passagem pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviço de transporte metroviário firmado em Contrato de Concessão junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Locação de carros metroviários.** A Companhia através da sua controlada Metrobarra reconhece as receitas com venda de passagem pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pelo serviço de locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação ("Material Rodante e Sistemas"). **Receitas acessórias.** A Companhia através da sua controlada MetrôRio reconhece as receitas acessórias com cessão de espaço e veiculação de anúncios pelo regime de competência e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida. As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. (b) Receita de juros. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho a perda registrada no resultado do exercício.

2.7 Contas a receber. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas". A Companhia revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento. **2.8 Estoques.** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização. **2.9 Adiantamentos.** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10 Investimentos.** Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora"), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. **2.11 Combinação de negócios.** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, considerando a alocação do preço de compra ("PPA" - *Purchase Price Allocation*) sobre os ativos adquiridos e passivos assumidos. A combinação de negócios resulta em *ágio* quando o valor de aquisição excede o valor dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se o valor de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho de compra vantajosa (mais/menos valia) no resultado do exercício. Para efeito de consolidação, os efeitos da alocação do preço de compra no balanço patrimonial consolidado são mantidos no intangível quando decorrentes de *ágio* por rentabilidade futura (*goodwill*) ou distribuídos aos ativos e passivos quando sua avaliação resultar em mais valia. O *ágio* por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. **2.12 Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método de curva da demanda que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.13 Intangível. Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliadas ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.14 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.15 Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.16 Tributação.** As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas			Receitas financeiras
		Venda de passagem	Receitas locação	Receitas acessórias	
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.17 Benefícios aos empregados.** A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **(a) Planos de contribuição definida.** Um plano de contribuição definida é um plano de benefi-

cios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. **(b) Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **(c) Planos de benefício definido.** Plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida. O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. A controlada MetrôRio mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes. **2.18 Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJO-FA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessão-ária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. **2.19 Resultado por ação.** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício. **2.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. (a) Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **(b) Estimativas e premissas.** Impostos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Amortização do intangível. A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa. A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento. **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3. Reapresentação de cifras comparativas - aplicações financeiras:** Após a publicação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 31 de março de 2023, constatou-se que a classificação da aplicação financeira vinculada à 3ª emissão de Debêntures deveria estar classificada no ativo, considerando que este não atende aos critérios de compensação. Isso refletiu-se no seguinte impacto:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	Aplicações financeiras	Aplicações financeiras	Debêntures
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo originalmente apresentado	218.322	-	1.867.651
Reclassificação de aplicação financeira vinculada à:			
9ª emissão Debêntures - MetrôRio	80.550	-	80.550
3ª emissão Debêntures - Metrobarra	-	81.362	81.362
Saldo em 31 de dezembro de 2022, ajustado	298.872	81.362	2.029.563

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2	3	8.137	11.090
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	-	-	268.813	204.963
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	3	276.950	216.053

(*) As Controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 102,49% do CDI (102,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	331.902	218.322
Aplicações financeiras vinculadas CDB - MetrôRio (b)	18.241	80.550
	350.143	298.872

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas CDB - Metrobarra (c)	84.798	81.362
	84.798	81.362
Total de aplicações financeiras	434.941	380.234

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 102,66% do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária. **Aplicações financeiras vinculadas:** (b) Controlada MetrôRio: As aplicações financeiras nesta conta pagamento, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 96,01% (96,01% em 31 de dezembro de 2022) com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures, vide nota explicativa 16. (c) Controlada Metrobarra: As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100,87% (101,06% em 31 de dezembro de 2022) com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas as garantias da 3ª emissão de debêntures, vide nota explicativa 16.

6. Contas a receber. 6(a) Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receíveis do GERJ (a)	50.000	109.504
Receíveis do GERJ (b)	35.538	33.644
Receíveis do GERJ (c)	25.460	22.568
Locação de trens (d)	35.107	18.751
Venda de passagens (e)	18.511	14.057
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (f)	9.624	7.143
Outros	76	446
Total dos recebíveis	179.316	206.113
Total de Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")	(44.330)	(47.185)
Total do contas a receber, líquido	124.986	158.928
Circulante	109.036	145.842
Não circulante	15.950	13.086

Os valores relativos a créditos a receber são: (a) Valor a receber referente a duas parcelas do 9º termo aditivo; (b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram deduzidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas do Contrato de Concessão, denominados processos - ET Pós; (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas; (d) Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro ("Contrato de Locação"); (e) Receita de passagens a receber; e (f) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios).

continuação

HMOBI Participações S.A. - HMOBI
CNPJ 40.159.947/0001-64

6(b) Aging do contas a receber

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a receber	PECLD	Contas a receber	PECLD
A Vencer	32.013	-	146.123	-
Vencidos				
Até 3 meses	29.432	(443)	2.849	(30)
De 3 a 6 meses	2.306	(1.073)	3.002	(41)
Acima de 6 meses	110.565	(47.814)	54.139	(47.114)
Total	174.316	(49.330)	206.113	(47.185)

6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas: Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(47.185)	(44.101)
Adições	(3.394)	(4.719)
Reversões/Baixa	1.249	1.635
Saldo no fim do exercício	(49.330)	(47.185)

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Material auxiliares, de manutenção e conservação	83.537	72.225
Total	83.537	72.225

8. Impostos, taxas e contribuições. 8(a) Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS a recuperar	26.755	38.674
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social*	13.647	9.811
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	14.619
Outros	480	744
Total	40.882	63.848
Circulante	24.168	25.318
Não circulante	16.714	38.530

(*) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Prejuízo fiscal	271.542	276.127
Base negativa da contribuição social	98.260	99.819
Provisão para riscos processuais	20.344	22.624
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	16.043
Provisões não dedutíveis	7.546	5.279
Participação nos lucros e resultados (PLR)	6.165	3.731
Outros	4.972	6.098
Total do ativo fiscal diferido	425.601	429.721
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/Intangível	(368.774)	(389.383)
Mais (menos) valia - Ativo fiscal diferido	(140.390)	(142.774)
Mais (menos) valia - Passivo fiscal diferido s/ Imobilizado	(59.625)	(63.228)
Amortização curva de demanda	(61.600)	(34.897)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	(4.354)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Outros diferidos passivos	-	(323)
Mais (menos) valia - Ativo fiscal diferido s/ contingência	35.852	40.859
Total do passivo fiscal diferido	(600.262)	(595.760)
Total do passivo fiscal diferido, líquido	(174.661)	(166.039)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabeleça as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Com base nas projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

Anos	31/12/2023
2024	18.108
2025	36.711
2026	45.534
2027	52.316
2028 até 2032	272.932
Total das projeções de realização do ativo fiscal diferido	425.601

8(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL	-	-	4.439	2.512
Tributos em parcelamento (*)	-	-	4.548	5.833
ISS	-	-	1.640	2.152
INSS sobre terceiros	-	-	684	705
IRRF e CSRF	8	9	453	432
Taxa AGETRANSP	-	-	388	491
PIS e COFINS	-	-	-	686
Outros	-	-	-	187
Tributos a recolher	8	9	12.152	12.998
Circulante	8	9	9.376	8.666
Não circulante	-	-	2.776	4.332

(*) Controlada Metrobarra - Os tributos em parcelamento referem-se aos débitos de PIS e COFINS das competências maio, outubro, novembro e dezembro de 2020 e foram devidamente registrados no resultado do próprio período. O parcelamento foi solicitado junto à Receita Federal do Brasil no prazo de 60 meses, a partir de fevereiro de 2021 até janeiro de 2026 atualizada pela taxa SELIC.

Realização do parcelamento:

Anos	31/12/2023
2024	1.772
2025	2.562
2026	214
Total do Parcelamento	4.548

8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.617	322.587	109.074	325.923
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.890)	(109.680)	(37.085)	(110.814)
Equivalência patrimonial	38.577	124.216	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	902	(788)	902	(788)
Exclusões/Adições permanentes	-	-	1.315	122.014
Total dos impostos no resultado	21.589	13.748	(34.868)	10.412
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(26.248)	(5.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.589	13.748	(8.620)	16.088
Total dos impostos no resultado	21.589	13.748	(34.868)	10.412

9. Despesa antecipada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	65	-	3.969	23.339
Garantias TI	20	-	6.489	4.233
Total	85	-	10.458	27.572

10. Saldos e transações com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas demonstrações contábeis anuais e nas informações contábeis intermediárias.

Controladora 31/12/2023

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Resultado
Controlada MetrôRio	Reembolso	Controladora	5.177	-	-
Fundos de Investimento/Previdência	Dividendos a pagar	Acionistas	-	37.674	1.643
Total			5.177	37.674	1.643

Controladora 31/12/2022

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Resultado
Controlada MetrôRio	Reembolso	Controladora	2.341	-	-
Fundos de Investimento/Previdência	Dividendos a pagar	Acionistas	-	36.032	38.373
Total			2.341	36.032	38.373

11(a) Obrigação com empregados e profissionais-chave da administração: Saldo das obrigações com empregados e profissionais-chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	-	-	19.328	12.035
Provisão de férias	-	-	18.148	13.598
Encargos	8	9	6.713	8.767
Outros benefícios	-	-	1.191	1.780
Total	8	9	45.380	36.180

11(b) Remuneração dos profissionais-chave da administração. Controladora: Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição o montante máximo de remuneração global anual dos profissionais-chave de até R\$ 429 para exercício de 2023 (R\$ 227 para o exercício de 2022). **Consolidado:** Para as controladas MetrôRio e Metrobarra foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remunera-

ção global anual dos profissionais-chave de até R\$ 12.892 (R\$ 6.661 para o exercício de 2022), gerando um valor consolidado aprovado de R\$ 13.321 (R\$ 6.888 para o exercício de 2022).

11(c) Despesa com remuneração dos profissionais-chave da administração

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	255	123	5.875	5.410
Encargos	51	26	1.178	600
Outros benefícios	-	-	824	716
Total	306	149	7.877	6.726

12. Investimentos: As participações em controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas na data-base. A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir: A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	Movimentação do saldo				31/12/2023
	31/12/2022	MetrôRio 100%	Metrobarra 100%	Subtotal	
Participação	-	-	-	-	-
Custo investimento	1.122.859	-	-	-	1.122.859
Equivalência patrimonial	447.830	60.822	52.639	113.461	561.291
Participação societária	1.570.689	60.822	52.639	113.461	1.684.510
Mais (menos) valia - Intangível	1.145.243	(60.615)	-	(60.615)	1.084.628
Mais (menos) valia - Ativo fixo	185.965	-	(10.598)	(10.598)	175.367
Ágio (Goodwill)	21.993	-	-	-	21.993
(Mais) menos valia - Passivo contingente	(120.173)	14.726	-	14.726	(105.447)
Mais (menos) valia - Tributos diferidos	(554.525)	16.657	4.932	21.589	(532.936)
Combinação de negócios	678.503	(29.232)	(5.666)	(34.898)	643.605
Investimento	2.249.192	31.590	46.973	78.563	2.327.755

Amortizações e baixas de mais-valia de

	Amortizações e baixas de mais-valia de				31/12/2023
	31/12/2022	Equivalência patrimonial	ativos líquidos (i)	31/12/2023	
MetrôRio 100%	1.886.290	60.822	(29.232)	1.917.880	
Metrobarra 100%	362.902	52.639	(5.666)	409.875	
Investimento	2.249.192	113.461	(34.898)	2.327.755	

(i) Valores relacionados aos ativos identificáveis líquidos, cuja mais-valia é originada da aquisição das controladas MetrôRio e Metrobarra. A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

13. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos		Benfeitoria em instalação de terceiros		(Mais) menos valia - Ativo fixo		Equipamentos de informática		Móveis e utensílios		Imobilizado em andamento		Veículos		Total
	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	De 10 a 20	7 a 9	
Saldos em 31/12/2022	854.128	293.631	195.224	67.010	16.834	10.917	817	1.438.561							
Adições	1.000	-	-	891	345	-	-	3.595							
Baixas	(42)	-	-	(29)	(68)	-	-	(139)							
Transferência	(666)	-	-	53	20	-	-	(593)							
Saldos em 31/12/2023	854.420	293.631	195.224	67.925	17.111	12.296	817	1.441.424							
Saldos em 31/12/2022	(309.995)	(109.437)	(9.259)	(47.175)	(11.551)	-	(588)	(488.005)							
Adições	(41.947)	(21.273)	(10.598)	(5.315)	(1.411)	-	(88)	(80.632)							
Baixas	41	-	-	28	65	-	-	134							
Saldos em 31/12/2023	(351.901)	(130.710)	(19.857)	(52.462)	(12.897)	-	(676)	(568.503)							
Em 31/12/2023	502.519	162.921	175.367	15.463	4.214	12.296	141	872.921							
Em 31/12/2022	544.133	184.194	185.965	19.835	5.283	10.917	229	950.556							

Prazo de amortização: A depreciação dos ativos imobilizados, em sua maioria representada pelos montantes da controlada Metrobarra, foi reconhecida através de projeção de curva de demanda estimada até o término do Contrato de aluguel dos trens, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão da CRB, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment"):** De acordo com o CPC01(R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e mais valia, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, caso haja indicativo negativo de recuperabilidade, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração; (ii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas, em 2023, para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,5% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 4,0%. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. Intangível e Infraestrutura em construção

	Investimento na concessão (NE14(a))		Direito de concessão (NE14(b))		Mais (menos) valia		Software		Ágio (goodwill) (i)		Outros		Total		Infraestrutura em construção (NE14(c))	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 31/12/2022	2.004.103	1.666.794	1.199.757	53.093	21.993	17	4.									

continuação

HMOBI Participações S.A. - HMOBI
CNPJ 40.159.947/0001-64

16. Debêntures e empréstimos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

Emissão	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
				Circulante	Não circulante	Total	Total (Reapresentado) Nota 3
Empréstimo							
MetrôRio	Daycoval	-	29/01/2024	10.949	-	10.949	-
Debêntures							
MetrôRio	9ª IPCA	7,09% a.a.	15/12/2031	123.644	1.441.306	1.564.950	1.580.096
Metrobarra	3ª TR	9,69% a.a.	20/12/2029	117.491	621.489	738.980	856.165
				252.084	2.062.795	2.314.879	2.436.261
				(9.341)	(64.501)	(73.842)	(63.156)
				242.743	1.998.294	2.241.037	2.353.105

Aplicações financeiras vinculadas:
Controlada MetrôRio:
A controlada MetrôRio, em atendimento a cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avenças da 9ª emissão de debêntures, mantém conta de aplicação financeira vinculada, vide nota explicativa 5. Em 29 de dezembro de 2023, a controlada MetrôRio e o Banco Daycoval assinaram o contrato de crédito no valor de 10.773 de principal, taxa de 1,50%, com vencimento em 29 de janeiro 2024. **Controlada Metrobarra:** Em conexão com a cláusula 3.4.2 estipulada no Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, que determina que a controlada Metrobarra deva manter uma conta reserva no valor das 5 próximas parcelas do pagamento de principal e juros, vide nota explicativa 5. A Seguir a movimentação das debêntures:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	(Reapresentado)	Nota 3
Saldo no início do exercício	2.353.105	2.199.142
Juros	194.468	191.650
Variação monetária	82.297	91.373
Captação	10.773	-
Custo de captação	9.316	(481)
Pagamento principal	(235.360)	(61.724)
Pagamento de juros	(133.816)	(66.855)
Pagamento de variação monetária	(39.746)	-
Saldo no fim do exercício	2.241.037	2.353.105
Circulante	242.743	323.542
Não circulante	1.998.294	2.029.563

Composição dos pagamentos das debêntures por ano de vencimento:
Ano **31/12/2023** **31/12/2022**
(Reapresentado) Nota 3

2024	252.084	327.627
2025	268.859	233.902
2026	304.044	251.477
2027	336.738	281.475
2028 em diante	1.153.155	1.341.780
	2.314.879	2.436.261
	(73.842)	(63.156)
	2.241.037	2.353.105

Debêntures - Controlada MetrôRio: Em 15 de janeiro de 2021 a controlada MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures da 9ª emissão (MTRJ19) não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral, e a amortização será realizada em 17 parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023 e vencimento em 15 de dezembro de 2031, considerando atualização monetária através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ao ano. Em 01 de junho de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) a anuência para substituição, durante o período de junho de 2022 a 15 de junho de 2024, dos recursos da conta centralizadora para a conta reserva por fiança bancária junto a instituição financeira de primeira linha rating "AAA" A partir de 16 de dezembro de 2023 até 15 de junho de 2024, a garantia será composta por recursos financeiros para a conta reserva na medida de 1/6 (um sexto) da próxima PMT, ao mês, e/ou fiança bancária junto a instituição financeira de primeira linha (rating "AAA"). **Hipóteses de vencimento antecipado:** Nos termos dos contratos da 9ª emissão de debêntures, a controlada MetrôRio está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas que necessitam da anuência dos seus credores e seu descumprimento pode resultar em declaração do vencimento antecipado e execução das garantias constituídas. Os principais critérios são: (i) redução do capital social ou recompra de ações; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração aos seus acionistas até 31 de dezembro de 2024, exceto se houver o preenchimento da conta reserva. Após essa data é permitido o pagamento ou remuneração aos seus acionistas se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") for maior ou igual a 1,30, cabe mencionar que para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023, e a data de vencimento, o ICSD deverá ser igual ou superior a 1,2; e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. Em 31 de dezembro de 2023 o índice "ICSD" previsto na escritura das debêntures da 9ª emissão (MTRJ19) foi calculado em 1,3. Para fins do cálculo do ICSD: ("EBITDA Ajustado" - "Impostos Pagos" - "Variação de Necessidade de Capital de Giro" - "CAPEX")/"Serviço da Dívida".

	Nota	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12(ii)	91.650
Resultado financeiro	12(ii)	138.650
Despesas com amortizações e depreciações		123.900
EBITDA	A	354.200
Impostos pagos	B DFC	(2.263)
Variação de necessidade de Capital de Giro	C	25.111
CAPEX	D	(117.477)
A + B + C + D	E	259.571
Pagamento principal debêntures		119.634
Pagamento juros debêntures		59.718
Pagamento variação monetária debêntures		24.969
Serviço da dívida	F	204.321
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")	E/F	1,3

Cálculo do capital de giro e sua variação

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	12(i)	746.928	690.000
Passivo Circulante	12(i)	(302.768)	(399.937)
Caixa e equivalentes de caixa		(251.923)	(204.245)
Aplicações financeiras		(300.666)	(248.474)
Empréstimo e Debêntures	16	125.490	204.747
Capital de Giro		16.980	42.091

(+) Capital de Giro 2022 42.091
(-) Capital de Giro 2023 16.980
(=) **Variação de Capital de Giro** C 25.111

Para fins de cálculo do ICSD, os termos abaixo terão os seguintes significados: **"EBITDA Ajustado"**: significa lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD. **"Impostos Pagos"**: significa somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD. **"Variação de Necessidade de Capital de Giro"**: significa a Necessidade de Capital de Giro na data da apuração do ICSD subtraída da Necessidade de Capital de Giro apurada 12 (doze) meses antes. **"Necessidade de Capital de Giro"**: significa a soma das contas operacionais não financeiras do ativo circulante subtraído da soma das contas operacionais não financeiras do passivo circulante. **"CAPEX"**: significa o montante financeiro investido pela Emissora para a formação de ativos intangíveis e imobilizados, relativo aos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice; **"Serviço da Dívida"**: significa os valores pagos a título de juros e principal das Debêntures nos 12 (doze) últimos meses anteriores à apuração do índice. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com todas as obrigações da emissão. **Avaliação de Rating:** Em 16 de março de 2023, última avaliação realizada, a S&P Global Ratings reafirmou o rating "brAA+" para a 9ª emissão (MTRJ19) da controlada MetrôRio devida a perspectiva estável, o que reflete a posição de liquidez saudável da controlada. **Debêntures - Controlada Metrobarra:** Em 20 de novembro de 2015, o Metrobarra aprovou a 3ª emissão de debêntures privadas não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com esforços restritos no valor de R\$ 932.861, remuneradas a 100% da TR + 9,69% a.a. e tem vencimento em 20 de dezembro de 2029, e garantidas pela alienação fiduciária das ações do Metrobarra, cessão fiduciária de direitos creditórios e fiança corporativa. O boletim de subscrição para emissão foi assinado em 12 de maio de 2016, utilizando parcialmente para quitação de R\$ 600.000 da 4ª emissão. Em 30 de dezembro de 2021, através do 9º Aditamento à Escritura de Emissão ficou acordado um "Novo Período de Standstill" no qual as parcelas de remuneração devidas de novembro de 2021 a abril de 2022 foram suspensas e incorporadas ao saldo do valor nominal unitário. Atualmente a Companhia está adimplente com as parcelas decorrentes do contrato de Emissão de Debêntures. Destinação dos recursos: Parte dos recursos captados pela controlada Metrobarra por meio da 3ª emissão de debêntures foi utilizada para pagamento do principal e juros objeto da 4ª emissão de debêntures. Hipóteses de vencimento antecipado e cláusulas restritivas: Nos termos dos contratos das debêntures a Companhia está sujeita às cláusulas restritivas e ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) prestação de fiança e/ou aval pela Emissora, a partir da Data de Emissão, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas; (ii) realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus controladores, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se inadimplente com quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM; (iv) rating inferior a "BBB-" em escala nacional de longo prazo se emitido pela Fitch Ratings ou Standard & Poor's, ou inferior a "Baa2" se emitido pela Moody's; e (v) descumprimento de índices financeiros detalhados abaixo: (a) **Índice de Cobertura de Serviço da Dívida ("ICSD")**: Sobre os índices financeiros, as debêntures deverão declarar-se vencidas antecipadamente caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida ("ICSD") seja menor de 1,3. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia atingiu o índice mínimo exigido para o ICSD. Em 31 de dezembro de 2023 o índice "ICSD" previsto na escritura das debêntures da 3ª Emissão de Metrobarra (MTRB13)

foi calculado em 1,3, conforme demonstrado a seguir: ("EBITDA" - "Impostos Pagos" + "Caixa e equivalentes de caixa" + "Aplicações financeiras" (+/-) "Variação de Capital de Giro" / "Serviço da Dívida")

Nota 31/12/2023

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7(d)	78.269
Resultado financeiro	15	67.339
Despesas com amortizações e depreciações	14	54.869
EBITDA	A	200.477
Impostos pagos	B	(3.622)
Variação de Capital de Giro	C	(9.096)
Caixa e equivalentes de caixa	D 4	25.025
Aplicações financeiras	E 5	49.477
A + B + C + D + E	F	262.261
Pagamento principal debêntures	11	115.726
Pagamento juros debêntures	11	74.098
Pagamento variação monetária debêntures	11	14.778
Serviço da dívida	G	204.602
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") F/G		1,3

Cálculo do capital de giro e sua variação

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	12(i)	126.347	102.456
Passivo Circulante	12(i)	(126.260)	(125.225)
Caixa e equivalentes de caixa		(25.025)	(11.805)
Aplicações financeiras		(49.477)	(50.398)
Empréstimo e Debêntures	16	117.334	118.795
Capital de giro		42.919	33.823
(+) Capital de Giro 2022		33.823	
(-) Capital de Giro 2023		42.919	
(=) Variação de Capital de Giro	E	(9.096)	

Para fins de cálculo do ICSD, os termos abaixo terão os seguintes significados: **"Serviço da Dívida"**: todos os valores pagos de principal e juros de quaisquer dívidas. No caso de tomada de dívida para substituir parte ou toda outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente, desde que conste nas Demonstrações Financeiras da Emissora; **"EBITDA"**: conforme Instrução Normativa da CVM nº 527 de 04/10/2012: Resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações, exaustões; **"Tributos pagos"**: desembolsos referentes ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; **"Variação de capital de giro"**: necessidade de capital de giro no período - necessidade de capital de giro no período anterior; **"Necessidade de capital de giro no período"**: Ativo circulante menos Disponibilidades - Passivo circulante menos empréstimos e financiamentos de curto prazo; **"Caixa e equivalentes de caixa"**: valores disponíveis em caixa, fundo fixo de caixa, bancos ou numerário em trânsito, em dinheiro ou que possam ser convertidos, no curto prazo, em dinheiro, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor; **"Aplicações Financeiras"**: valores constantes do Ativo Circulante investidos com rentabilidade fixa ou variável que possam ser resgatáveis e convertidos em dinheiro. **(b) Dívida Líquida/EBITDA.** O índice Dívida Líquida/EBITDA, deve ser acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da emissora ao final de cada ano civil e revisadas, quando se tratar de encerramento do primeiro semestre civil da Emissora, de acordo com a tabela abaixo:

Controlada	Dívida	Covenants	Limite	Auração
Metrobarra	3ª emissão das debêntures	DL/EBITDA	≤ 3	Anual covenants até dezembro de 2022
		DL/EBITDA	≤ 2,5	Anual covenants até dezembro de 2023
		DL/EBITDA	≤ 2	Anual covenants a partir de janeiro 2024

No caso de descumprimento do índice de "Dívida Líquida/EBITDA" somente será considerado vencimento antecipado, caso haja distribuição de dividendos, realização de pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da emissora, incluindo o pagamento ou concessão de mútuos, conjuntamente com o descumprimento do índice. Em 31 de dezembro de 2023 o índice "Dívida Líquida/EBITDA" previsto na escritura das debêntures da 3ª Emissão da Controlada Metrobarra (MTRB13) foi calculado em 2,9, conforme demonstrado a seguir:

Nota 31/12/2023

Dívida Bruta	16	738.980
Caixa e equivalentes de caixa		(25.025)
Aplicações financeiras		(134.275)
Dívida Líquida	A	579.680
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12(ii)	78.269
Resultado financeiro	12(ii)	67.339
Despesas com amortizações e depreciações		54.869
EBITDA	B	200.477
Dívida Líquida / EBITDA		2,9

Para fins de cálculo de Dívida Líquida / EBITDA, os termos abaixo terão os seguintes significados: **"Dívida Líquida"**: É o valor da Dívida Bruta, subtraído do valor do caixa, bancos e aplicações financeiras do balanço patrimonial

Movimentação da provisão:

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Transferência	31/12/2023
Passivo contingente - Ajuste Combinação negócio	120.172	-	-	(14.725)	-	-	105.447
Trabalhistas	41.637	3.911	(1.041)	(8.333)	3.111	34	39.319
Tributários	23.530	-	-	(10.343)	25	177	13.389
Regulatório	3.505	397	-	(65)	(411)	-	3.426
Cíveis	2.862	908	(509)	(492)	1.144	(211)	3.702
Total	191.706	5.216	(1.550)	(33.958)	3.869	-	165.283

Natureza do risco

	31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2022
Passivo contingente - Ajuste Combinação negócio	134.676	-	-	(14.504)	-	120.172
Trabalhistas	41.741	11.755	(2.828)	(10.933)	1.902	41.637
Tributários	22.588	3.480	-	(3.447)	909	23.530
Cíveis	11.415	6.040	(2.471)	(12.369)	247	2.862
Regulatório	3.443	-	-	-	62	3.505
Total	213.863	21.275	(5.299)	(41.253)	3.120	191.706

20(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados:

Natureza do risco	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	92.480	93.257
Tributários (ii)	10.697	11.714
Cíveis (iii)	71.245	67.330
Regulatórios (iv)	41.286	33.089
Ambiental	7.259	6.503
Total	222.967	211.893

(i) Riscos trabalhistas. A controlada MetrôRio é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.2015.01.0008 ocorrida em 2021 gerou aumento na provisão referente aos processos de natureza trabalhista. Trata-se de ação plurimovida pelo Sindicato - SIMERJ relativo à discussão envolvendo acúmulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da controlada MetrôRio à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Em março de 2023 o TST decidiu que a execução do referido processo, em pese tratar de ação plurimovida, será feita de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos, o que poderá reduzir o valor a ser desembolsado. A provisão atual do processo é de R\$ 30.126. O processo retornou para a vara de origem e seguirá para o contador judicial para seja feita perícia contábil de forma a determinar a forma da execução, ou seja, se será de forma segregada ou por pequenos grupos homogêneos. Além disso, em despacho proferido em setembro de 2023, foi determinada que a abrangência dos substituídos deverá contemplar apenas os empregados admitidos até 15 de agosto de 2011, observando-se a prescrição quinquenal (15 de agosto de 2006), bem como a bial (15 de agosto de 2009) em relação aos empregados desligados da empresa mais de dois anos antes do ajuizamento da ação. Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 92.480, sendo R\$ 61.797 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão da controlada MetrôRio, a serem ressarcidos pelo Estado através de reequilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 97.831 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 46.139 processos sucessórios). **(ii) Riscos tributários.** Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 10.697 (R\$ 11.714 em 31 de dezembro de 2022). Deste valor, trata-se principalmente na Controlada MetrôRio, de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 à junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). A controlada MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeita ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível. **(iii) Riscos cíveis.** Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis consolidadas estavam estimadas em R\$ 71.245 (R\$ 67.330 em 31 de dezembro de 2022). **Controlada MetrôRio.** A controlada MetrôRio é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroriário. Em 31 de dezembro de 2023, as perdas possíveis consolidadas estavam estimadas em R\$ 38.696 (R\$ 67.330 em 31 de dezembro de 2022). **Controlada Metrobarra.** Em 28 de outubro de 2019, a ENGENHEERING DO BRASIL S.A. ("ENGdB") deu início ao Procedimento arbitral nº CAM 78/2019/SEC, que tem por objeto a verificação do cumprimento das obrigações recíprocas pactuadas entre as partes no "Contrato de Forne-

Depósitos judiciais

	31/12/2022	Bloqueio judicial (ii)	Constituição	Baixa	Atualização	Transferência	31/12/2023
Embargos de terceiros (i)	11.889	-	26	(2.956)	940	2.063	11.962
Recursais	8.921	(2.090)	493	(5.222)	625	(2.063)	664
Total	20.810	(2.090)	519	(8.178)	1.565	-	12.626

auditado da Emissora, nas data-base de cálculo dos índices financeiros: **"EBITDA"**: conforme Instrução Normativa da CVM nº 527 de 04/10/2012: Resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações, exaustões. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com todas as obrigações da emissão. **Avaliação de Rating.** Em 16 de março de 2023, última avaliação realizada, a S&P Global Ratings elevou os ratings da dívida para "brAA" na escala Nacional, por fortalecimento da liquidez do Grupo, essa elevação do rating da dívida reflete a expectativa de cumprimento do seu *covenant* financeiro. Tendo em vista que o rating apurado é superior ao estabelecido não se está diante de

continuação

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não,

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manterem em continuidade operacional; avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsá-

veis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8.
Rodrigo de Almeida Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ.

mazars**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

CNPJ 33.352.394/0001-04
JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - 6º andar - Cidade Nova - RJ e no site da Companhia (<https://cedae.com.br/ricedae>), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei nº 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

CNPJ 33.352.394/0001-04
JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO**

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos;
- Fixação da remuneração global anual dos Administradores e Conselheiros da CEDAE;
- Alteração da publicação no jornal de grande circulação;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- Aprovação da Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia e
- Aprovação de Alteração do Estatuto, dos Artigos 4º e 57 parágrafo 3º.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023, com o respectivo Relatório Anual, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.*Companhia Aberta*

CNPJ/ME nº 12.091.809/0001-55
NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, excepcionalmente, por motivo de força maior, conforme faculta o §2º do art. 124 da Lei das S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Salão Copacabana do JW Marriott Hotel, localizado na Avenida Atlântica, nº 2.600, Copacabana, CEP 22041-001, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria não estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a aprovação de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela dos lucros, nos termos do art. 196, da Lei das S.A.; **(iii)** deliberar sobre a remuneração global e anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social de 2024; e **(iv)** autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º da Resolução CVM 81, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao horário da Assembleia, por meio do endereço eletrônico ri@3rpetroleum.com.br, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). A Companhia informa que, exclusivamente para esta Assembleia, dispensará o reconhecimento de firma e autenticação por cartório dos documentos apresentados, sendo certo que os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem estar traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, notariados e consularizados (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais, tal como apostila) e registrados no Registro de Títulos e Documentos, inclusive para aceitação do boletim de voto à distância. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto à distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto à distância e da proposta da administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<http://ri.3rpetroleum.com.br/>), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>), atendendo-se, ainda, o disposto no art. 133 da Lei das S.A.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
Harley Lorentz Scardoelli
Presidente do Conselho de Administração

BANCO GUANABARA S.A.

CNPJ/MF nº 31.880.826/0001-16

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com a legislação societária adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2023. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. A Diretoria.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Guanabara S.A. ("Banco"), submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O ano de 2023 foi um ano de consolidação para o Banco Guanabara. Apesar do ambiente de crédito restritivo e elevado patamar das taxas de juros, a carteira de crédito encerrou 2023 com aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, refletindo um crescimento de 28% em relação ao ano de 2022. Em 2023, o BG se credenciou como entidade repassadora do FUNCAFE (Fundo de Defesa da Economia Cafeteira), sendo o primeiro repasse efetuado em janeiro de 2024. Em relação às fontes de captação, o BG alcançou em 2023, o montante de R\$1,3 bilhões, o que representou um crescimento de 50% em comparação a 2022. Este incremento foi baseado nas modalidades de Depósitos a Prazo e Letras de Crédito (LCI+LCA) e na consolidação de parcerias, o que nos permitiu uma maior capilaridade sem um impacto significativo no custo de captação. Em abril de 2023, o Banco Central homologou a carteira de câmbio, passo importante para a estratégia de diversificação de produtos e serviços definida pela Alta Administração. A operacionalização desta carteira se iniciou no 2º semestre. O Internet Banking do BG, vem trazendo aos clientes uma maior autonomia, e nos inseriu num processo de constante desenvolvimento, aprimoramento e investimento. Muito há ainda para ser feito e para 2024, a prestação de serviços automatizados e o acesso via mobile serão a prioridade. Os bons resultados obtidos na primeira metade do ano se repetiram no segundo semestre, o que corrobora a estratégia de diversificação no portfólio de produtos e serviços. Mesmo com as dificuldades no mundo corporativo e com os investimentos necessários, conseguimos manter o caminho do crescimento não só de carteira, mas também de resultados. Nosso Patrimônio encerrou 2023 com o valor de R\$223,8 milhões, o que representou um crescimento de 14% em relação a 2022, sendo o índice de basileia de 18,21%. Que venha 2024 como novos desafios e novas vitórias.

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table with columns for Ativo, Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, etc. It shows data for 2023 and 2022, split into Controladora and Consolidado.

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Table with columns for Receitas da Intermediação, Despesas da Intermediação, Resultado Bruto da Intermediação Financeira, etc. It compares 2º semestre and 1º semestre for 2023 and 2022, split into Controladora and Consolidado.

Table with columns for Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). It shows Cash flow from operations, investing, and financing activities.

Notas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) 1. Contexto Operacional. O Banco Guanabara S/A ("Banco") está domiciliada no Brasil, a sede da empresa é na Av. Brasil, 8.255, 3º andar, RJ/RJ. É uma sociedade de capital fechado, operando sob forma de Banco Múltiplo, com as carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos, Investimentos e Arrendamento Mercantil além de operações de Câmbio. Com mais de 35 anos de atuação no mercado, seu surgimento foi consequência natural das operações comerciais das empresas ligadas, se tornando um braço financeiro dos negócios e se consolidando como uma instituição tradicional do mercado. O Banco em conformidade com seu perfil conservador vem crescendo com credibilidade e confiança, mantendo seu foco em operações de crédito, expandindo suas atividades de forma sustentável por novos segmentos da indústria, comércio e serviço, quer seja nas operações de crédito propriamente ditas, quer seja na prestação de serviços ou na estruturação de operações de mercado de capitais. No exercício de 2023, esta diversificação da geração de resultados, se mostrou adequada incrementando as margens operacionais e consequentemente os indicadores econômicos. Para 2024, a estratégia será mantida e esperamos a consolidação e o aprimoramento dos passos iniciados em 2023. O Banco Guanabara possui investimento na sociedade limitada sob a denominação BGI Adm de Recursos de terceiros Ltda desde Janeiro/2012, localizada no Rio de Janeiro/RJ na Av. Brasil, 8.255, Ramos, CEP: 21030-000 na qual tem como objeto social a prestação de serviço de administração de carteiras mobiliárias. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das S/A, incluindo as alterações introduzidas pela Lei 11.638, de 28/12/2007, e pela Lei 11.941, de 27/05/2009, e Lei 13.818, de 24/04/2019, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN e do CMN (CMN), consubstanciadas no COSIF, CVM e CPC. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Table with columns for Empresa, % Participação do Grupo, Total do Passivo, Patrimônio líquido, Resultado. It shows financial ratios for 12/2023 and 12/2022.

Table with columns for Ativo, Passivo, Lucro líquido. It shows a breakdown of assets and liabilities for 31/12/2023 and 31/12/2022, split into Banco Guanabara and BGI.

b. Apuração do Resultado. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertence, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código GACB-D777-53B8-87FB.

CHC DO BRASIL TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ: 67.750.463/0001-41

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos telefônicos	Instalações	Ferramentas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	794	258	41	-	10.457	788	12.338
Baixa	(415)	(351)	(370)	(109)	2.899	788	(7.001)
Depreciação	(147)	(80)	(9)	-	(5.493)	(150)	(5.879)
Baixa Depreciação Acum.	415	351	370	(109)	1.482	(150)	5.584
Saldos em 31 de dezembro de 2021	647	178	32	-	3.547	638	5.042
Custo	4.816	1.673	379	21	43.651	7.069	58.284
Depreciação acumulada	(4.169)	(1.495)	(647)	(21)	(40.104)	(6.431)	(53.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	647	178	32	-	3.547	638	5.042

	Aeronaves	Instalações
10. Arrendamento		
Ativo – Recebíveis de Arrendamento		
Saldo inicial (31/12/2020)	104.449	-
Adições	86.458	-
Accretion	4.788	-
Recebimentos	(188.299)	-
Varição Cambial	3.816	-
Outro	(85)	-
Saldo Final Recebível de Arrendamento (31/12/2021)	11.127	-
Ativo – Direito de Uso		
Saldo inicial (31/12/2020)	20.973	2.003
Amortizações	(69.328)	(1.703)
Reavaliações	67.414	-
Saldo Final (31/12/2021)	19.059	300
Ativo – Recebíveis de Arrendamento		
Saldo inicial (31/12/2021)	11.127	-
Adições	104.763	-
Accretion	4.571	-
Recebimentos	(71.222)	-
Varição Cambial	1.140	-
Saldo Final Recebível de Arrendamento (31/12/2022)	50.379	-
Ativo – Direito de Uso		
Saldo inicial (31/12/2021)	19.059	300
Amortizações	(43.791)	(63)
Reavaliações	32.092	-
Saldo Final (31/12/2022)	7.360	237
Ativo		
Aeronaves	7.360	19.059
Instalações	237	300
Total de Arrendamentos – Ativo	7.597	19.359
Passivo		
Aeronaves		
Saldo inicial (31/12/2020)	2.175	(922)
Pagamentos – Principal	(231.203)	9.077
Accretion do Passivo	9.077	165
Baixa	-	(1.405)
Reavaliações	136.417	319
Varição Cambial	(4.327)	-
Saldo Final (31/12/2021)	34.450	332
Passivo		
Saldo inicial (31/12/2021)	34.450	332
Pagamentos – Principal	(122.858)	(724)
Accretion do Passivo	6.041	81
Baixa	-	-
Reavaliações	135.411	625
Varição Cambial	(2.585)	-
Saldo Final (31/12/2022)	50.459	314
Passivo		
Aeronaves	50.459	43.105
Instalações	314	332
Total de Arrendamentos – Passivo	50.773	34.782
Resultado		
Amortização de Direito de Uso	(44.479)	(70.091)
Accretion do ativo	4.571	4.787
Accretion do Passivo	(6.122)	(9.242)
Varição Cambial	4.036	511
Resultado com Leases Embutidos	1.051	(8.913)
Ganho/Perda encerramento arrendamento	-	147
Total	(40.943)	(82.801)

Em 31 de dezembro de 2022, os principais processos de contingências prováveis de perda, com valores mais representativos são os que seguem. • **Processos fiscais:** ICMS sobre importação da aeronave PP-MTM pelo Estado de São Paulo

(ação declaratória impetrada pela Companhia com depósito judicial em garantia). A Companhia perdeu a ação e aguarda a conversão do depósito em renda e o trânsito em julgado da ação. • **Processos trabalhistas:** as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados contratados da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade relacionada a direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$ 14.706. A Companhia possui adicionalmente causas possíveis de R\$ 483.619 (R\$201.664 em 2021), classificadas no âmbito fiscal, civil e trabalhista com baixas no valor de R\$ 5.970, atualização monetária de R\$ 8.889 e novas causas com valor de R\$ 279.036, dessas novas causas R\$ 18.283 são causas trabalhistas e R\$ 260.753 são causas fiscais. **13. Compromissos:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contratos de arrendamentos operacionais de aeronaves de até um ano e o contrato de aluguel de instalações sendo o cronograma de pagamento da seguinte forma:

Ano	2022	2021
2022	-	92.444
2023	89.114	1.091
2024	14.005	-
	103.119	93.535

Os custos com arrendamentos operacionais de aeronaves reconhecidos no exercício de 2022 foram de R\$ 80.648 (R\$169.595 em 2021). **14. Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital subscrito da Companhia é de R\$ 956.436 dividido em ações distribuídas da seguinte forma:

Capital Social	Tipo	%	R\$
BHH Brazilian Helicopter Holding S.A.	Ordinárias	98,99%	946.767
BHH Brazilian Helicopter Holding S.A.	Preferenciais	0,02%	144
Horizon 1 Participações Ltda.	Preferenciais	1,00%	9.525
			956.436

De acordo com o estatuto da Companhia cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto mas tem prioridade no reembolso do capital sem prêmio em caso de liquidação da Companhia até o valor da parcela do capital social representado por essa espécie de ação.

	2022	2021
15. Receita líquida		
Receita bruta	153.491	293.729
Impostos sobre receita:		
(-) COFINS	(7.409)	(13.957)
(-) PIS	(1.577)	(2.989)
(-) ISS	(216)	(808)
Receita líquida	144.289	275.975

As receitas auferidas por empresa de táxi-aéreo são tributadas por PIS/COFINS à alíquota total de 3,65% dentro da sistemática cumulativa (sem direito a créditos). O ISS incide apenas sobre os voos realizados dentro do Município de Macaé. As receitas da Companhia encontram-se basicamente concentradas no cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras.

	2022	2021
16. Custos dos serviços prestados		
Arrendamento com aeronaves (a)	80.648	184.547
Amortização do direito de uso (c)	44.479	70.091
Manutenção	2.913	4.146
Tripulação	59.630	74.333
Bases	2.404	994
Seguros	10.353	16.948
Aluguéis	2.099	2.775
Depreciações e amortizações	3.443	5.493
Outras despesas (b)	46.313	72.892
	252.282	432.219

(a) Refere-se ao custo variável dos arrendamentos com aeronaves em 2022. Vide nota explicativa nº 10. (b) Combustível, lubrificantes, tributos e despesas legais, frete terrestre e mobilização e desmobilização de aeronaves. (c) Vide nota explicativa nº 10, o qual contempla a amortização do direito de uso.

	2022	2021
17. Despesas gerais e administrativas		
Salários	14.995	10.302
Serviços de auditoria, consultoria e advocatícios	15.165	4.713
Benefícios	2.333	2.947
Férias	972	818
Despesas de informática e celulares	142	101
Viagens	984	1.569
Gastos administrativos de escritório	1.987	2.213
Depreciações e amortizações	338	386
Valor residual de ativos imobilizados baixados	-	1.417
Outros	121	96
	37.037	24.562

	2022	2021
18. Resultado financeiro: a. Receitas financeiras		
Receita de juros com partes relacionadas	12.165	16.064
Receita de juros com terceiros	1.890	538
Arrendamentos – Accretion do Ativo	4.571	4.787
Desconto obtido	-	16
Rendimentos de aplicação financeira	86	44
	18.712	21.449

	2022	2021
b. Despesas financeiras		
Despesa com juros	(27)	(43)
Despesas bancárias	(31)	(25)
Arrendamentos – Accretion do Passivo	(6.122)	(9.242)
	(6.180)	(9.310)

	2022	2021
c. Variação cambial líquida		
Variação cambial com Arrendamentos IFRS16	4.119	(512)
Variação cambial com Pagamentos de Arrendamentos	40.513	-
Outras variações cambiais	1.184	(37.428)
	45.816	(36.916)
Resultado Financeiro líquido	58.348	(24.777)

19. Outras Contas a Receber: A Companhia possui depósitos administrativos relativos à importação de aeronaves no valor de R\$ 4.880 (R\$ 10.809 em 2021) junto à Caixa Econômica Federal. **20. Instrumentos Financeiros e gerenciamientos de riscos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro abaixo:

	2022		2021	
	Custo amortizado	Valor contábil	Custo amortizado	Valor contábil
Instrumentos financeiros Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8.361	8.361	12.089	12.089
Contas a receber – terceiros	23.876	23.876	39.155	39.155
Contas a receber – partes relacionadas	195.496	195.496	186.466	186.466
	227.733	227.733	237.710	237.710
Instrumentos financeiros Passivos				
Fornecedores	26.786	26.786	20.423	20.423
Passivo de Arrendamento	59.427	59.427	43.436	43.436
Contas a pagar com partes relacionadas	683.777	683.777	624.194	624.194

Na avaliação dos instrumentos financeiros, a Companhia não identificou diferença significativa entre o valor contábil mensurado pelo custo amortizado e o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros. **a. Gerenciamento dos riscos financeiros.** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco.** A Administração tem a responsabilidade de estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos que, através de uma avaliação periódica recomendada pela diretoria da Companhia, para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. **Risco de crédito.** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente do cliente a receber de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito.** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar sua proposta financeira e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e referências bancárias. A composição por idade de vencimento de contas a receber é e apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	23.098	39.155
Vencidas de 1 a 90 dias	261	-
Vencidas de 91 a 180 dias	517	-
Vencidas a mais de 180 dias	-	-
	23.876	39.155

Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao venderem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia atua de forma coordenada com visão integrada de sua gestão de caixa visando cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo. Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimento dos passivos financeiros:

	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	26.786	26.786	-	-
Passivo de Arrendamento	59.427	-	59.427	-
Contas a pagar com partes relacionadas	687.037	-	-	687.037
	773.250	26.786	59.427	687.037

Risco de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado. Os riscos de taxa de juros e preço são insignificantes para a Companhia. O principal risco de mercado está vinculado à taxa de câmbio que descrevemos abaixo: **Risco de câmbio.** O risco cambial decorre de diferenças entre as moedas nas quais algumas vendas, compras e empréstimos são denominados, e a moeda funcional da entidade, o Real (R\$). As moedas nas quais algumas transações da Companhia ocorrem são denominadas em dólares-americanos (US\$ ou USD). Um resumo da exposição e análise da sensibilidade ao risco cambial da Companhia está apresentado abaixo:

	Cotação 31/12/2022	Valor-zação	Desvalorização
--	--------------------	-------------	----------------

Contas a pagar com partes relacionadas			
USD (variação de 25%)	687.037	171.759	(171.759)
Exposição líquida do balanço patrimonial	-	171.759	(171.759)

Contas a pagar com partes relacionadas			
USD (variação de 25%)	624.194	156.049	(156.049)
Exposição líquida do balanço patrimonial	-	156.049	(156.049)

Passivo de Arrendamento			
USD (variação de 25%)	59.427	14.857	(14.857)
Exposição líquida do balanço patrimonial	-	14.857	(14.857)

Passivo de Arrendamento			
USD (variação de 25%)	43.436	10.859	(10.859)
Exposição líquida do balanço patrimonial	-	10.859	(10.859)

A análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor a pagar para parte relacionada convertidos pela taxa da moeda no qual a transação foi realizada, em 31 de dezembro de 2022, e que os cenários de valorização e desvalorização consideram a variação de risco de 25% na cotação da taxa da moeda no qual a transação foi realizada. **Gerenciamento do capital.** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. **Riscos operacionais.** A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia é realizada por controles que avaliam os riscos atrelados as operações, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos; identificação dos riscos; planejamento de respostas a riscos; e monitoramento e controle das respostas a riscos. O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento. O processo de identificação dos riscos é permanente, e começou no início das operações da Companhia. As ferramentas e técnicas utilizadas neste processo incluem reuniões, entrevistas, avaliação do desempenho econômico e financeiro dos contratos, workshops, brainstorming, entre outros. O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade. O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco entre outras.

Composição da diretoria: Gilson de Barros Caputo Junior - Diretor Executivo. **Contador:** Juliana Gonçalves da Silva Santos - Contador - CRC- RJ-111789/O-8

**BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

CNPJ (MF) nº 29.650.082/0001-00

Praia de Botafogo, 501 - 5º e 6º andares - Torre Corcovado - CEP 22.250-040 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3262-9600 - Fax: (21) 3262-8600 - www.btgpactual.com

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Contábeis relativas à posição patrimonial e contábil para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	6	394	378	Outras obrigações		197.403	145.011
Instrumentos financeiros		112.423	59.794	Sociais e estatutárias	10a	128.648	116.922
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	112.423	59.794	Fiscais e previdenciárias	10b	54.245	16.865
Outros créditos		239.872	269.041	Diversas	10c	14.510	11.224
Rendas a receber	8a	28.757	28.507	Provisões		18.085	16.410
Diversos	8b	175.398	209.407	Provisão para passivos contingentes	11	18.085	16.410
Ativos fiscais diferidos	12	35.717	31.127	Patrimônio líquido	13	1.026.726	791.300
Outros valores e bens		1.956	2.165	Capital social		500.000	500.000
Permanente		887.569	621.343	Reservas de lucros		543.416	311.524
Investimentos		841.950	608.010	Outros resultados abrangentes		(16.690)	(20.224)
Participação em controladas e coligadas	9	841.950	608.010	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.242.214	952.721
Imobilizado de uso		45.619	13.333				
Outras imobilizações de uso		45.619	13.333				
Total do ativo		1.242.214	952.721				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	500.000	33.490	145.656	179.146	-	-	679.146
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	-	-	-	-	(20.224)	(20.224)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.378	132.378
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	6.619	125.759	132.378	-	(132.378)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	500.000	40.109	271.415	311.524	(20.224)	-	791.300
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	-	-	-	-	3.534	3.534	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	231.892	231.892
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	11.595	220.297	231.892	-	(231.892)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	500.000	51.704	491.712	543.416	(16.690)	-	1.026.726
Saldos em 30 de junho de 2023	500.000	43.604	271.415	315.019	(18.769)	66.396	862.646
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	-	-	-	-	2.079	2.079	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	162.001	162.001
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucro	-	8.100	220.297	228.397	-	(228.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	500.000	51.704	491.712	543.416	(16.690)	-	1.026.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Companhia"), localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, número 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, tem por objeto social a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, além da realização de transações no mercado de títulos e valores mobiliários, incluindo a intermediação, subscrição, compra, venda de títulos e outras atividades autorizadas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com a legislação vigente. A Distribuidora concentra suas atividades, juntamente com suas subsidiárias, na gestão de carteiras e na distribuição de quotas de fundos e carteiras de investimento. As operações de suas investidas possuem como objetivo a gestão, no Brasil e no exterior, de carteiras de fundos mútuos, e outras modalidades de investimento em condomínio, destinados a investimentos em participações societárias, outros ativos do setor real, e ativos financeiros em geral; a prestação de serviço de administração e gestão de recursos de terceiros, e a estrutura e/ou a assessoria em operações de cunho financeiro, no mercado nacional ou internacional, permitidas a sociedades de natureza não financeira e; atuar na subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediação oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, encarregar-se da custódia de títulos e valores mobiliários entre outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do grupo BTG Pactual S.A. ("Grupo"), onde receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Distribuidora tem como controlador o Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que é controlado pela BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"), que por sua vez é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). As demonstrações financeiras da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024. **2. Reorganizações societárias:** **Ourininvest** - Em 19 de julho de 2019, o Banco, por meio de sua investida BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, adquiriu 80% de participação na Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ourinvest"), permanecendo essa instituição com independência administrativa e operacional, mas integrante do Conglomerado BTG Pactual. O contrato de compra e venda previa também a opção de compra do restante das ações da Ourinvest até 2022 em duas tranches de 10% cada uma (a opção referente à primeira tranche foi exercida em março de 2021 e a segunda tranche em março de 2022). Em 16 de novembro de 2022 houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias. Em 20 de janeiro de 2023, o nome da empresa foi alterado de Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Polygono** - Em 20 de junho de 2023, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias. A distribuidora comprou 35.000.200 ações da Companhia Polygono Capital Holding S.A. por R\$ 35 milhões, tornando-se atualmente acionista de 50% do capital da Companhia. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que devem seguir as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, e, quando não conflitantes, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da legislação societária. Também são aplicadas nestas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido reconhecidos pelo CMN e pelo Bacen. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração aplique julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e à mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, estabeleceram os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa. A Instrução Normativa BCB nº 319/2020 revogou a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Referência Carta-Circular indicava que as Instituições Financeiras deveriam reconhecer em seu passivo, independente de avaliação da probabilidade de saída de recursos, todas as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre constitucionalidade de leis. No entanto, é importante destacar que os valores provisionados pela Companhia estavam aderentes tanto com as disposições do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, quanto com as normas estabelecidas na Carta-Circular nº 3.429/2010. Portanto, após a revogação da Carta-Circular, não foi necessário efetuar quaisquer ajustes ou adequações na contabilidade da Distribuidora. **Moeda Funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Distribuidora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Distribuidora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Distribuidora. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento que as contas de resultado são convertidas pela taxa média do período. **Consolidação:** A Distribuidora não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, por não ser um requerimento do Bacen, e desta forma os investimentos nas controladas estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O Banco BTG Pactual S.A., controlador da Distribuidora, publicou demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, quando aplicável, em 5 de fevereiro de 2023. **4. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Distribuidora são as seguintes: **a. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nessas casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. A Distribuidora avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações com cláusula de atualização monetária cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata die" com base na taxa efetiva das operações. **d. Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período. Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são considerados como curto prazo, independente de suas datas de vencimento. **ii. Títulos disponíveis para venda:** Aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas incorridas. **e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. **f. Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. Os ativos sujeitos à avaliação da redução do valor são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, liquidez, entre outros. **g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Investimentos:** As participações em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A Resolução CMN nº 4.817/2020 que define critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração, considerando sua aplicação prospectiva. **i. Ágio ou deságio:** De acordo com a Resolução nº 4.817/20, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto que o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou deságio deve ser registrado no patrimônio líquido. A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado. **j. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculada sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 e de 15% para contribuição social. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. **k. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes:** São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos. **i. Provisões:** Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incerto e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando: • há uma obrigação presente (legal ou não formalizada); • a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e • o valor pode ser estimado com confiabilidade. **ii. Passivos contingentes:** Um passivo contingente é: • uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou • uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota. Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade. **l. Reconhecimento de receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **m. Rateio de despesas:** O Grupo BTG Pactual adota critério de rateio de custos e despesas administrativas que impactam a Distribuidora. **n. Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades operacionais da distribuidora e que não tenha previsão para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades usuais da Distribuidora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **5. Gerenciamento de risco:** O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de risco, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão de continuidade dos negócios, entre outras atividades. A Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês e áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) Área de Risco de Crédito, que é

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote mil de ações)

	Nota	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		5.641	11.564
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.641	11.564
Resultado bruto da intermediação financeira		5.641	11.564
Outras receitas/(despesas) operacionais		298.856	445.607
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	91.737	155.237
Receitas de prestação de serviços	14	195.371	356.246
Outras receitas/despesas operacionais		77.829	66.554
Outras despesas administrativas	15	(23.611)	(46.565)
Despesas de pessoal	16	(29.251)	(61.881)
Despesas tributárias	17	(13.219)	(23.984)
Despesas de provisões		(751)	(1.675)
Provisão para passivos contingentes	11	(751)	(1.675)
Resultado operacional		303.746	455.496
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		303.746	455.496
Imposto de renda e contribuição social	12	(49.622)	(53.351)
Provisão para imposto de renda		(13.791)	(36.699)
Provisão para contribuição social		(9.216)	(22.997)
Ativo fiscal diferido		(26.615)	6.345
Participações no lucro		(92.123)	(170.253)
Lucro líquido do semestre/exercício		162.001	231.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do semestre/exercício	162.001	231.892
Outros resultados abrangentes	2.079	3.534
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas e coligadas	2.079	3.534
Total do lucro líquido abrangente do semestre/exercício	164.080	235.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais		162.001	132.378
Lucro líquido		162.001	132.378
Ajustes ao lucro líquido		(49.159)	(131.361)
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	(91.737)	(155.237)
Reversão de provisão		(13)	(13)
Provisão para passivos contingentes	11	751	1.675
Amortização e depreciação		14.548	27.045
Ativo fiscal diferido		26.615	(6.345)
Resultado de variação cambial		677	1.514
Lucro ajustado do semestre/exercício		112.842	100.531
Aumento/(redução) de ativos e passivos operacionais		8.986	(52.629)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		9.986	(52.629)
Títulos e valores mobiliários		-	1.719
Outros créditos e outros valores e bens		(75.173)	35.723
Outras obrigações		(3.623)	51.593
Caixa (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		(69.810)	34.687
Atividades de investimento		30.207	(37.380)
Aquisição de imobilizado		(70.155)	(155.155)
Aquisição de investimentos	9	57.333	57.333
Dividendos recebidos		(43.029)	(135.202)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(43.029)	(135.202)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		3	16
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		391	378
No início semestre/exercício		394	394
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		3	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"), (v) Área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vi) Área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (x) Área de Risco Sociambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e práticas ESG, dos processos e procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes. O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.rbtgpactual.com, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. **6. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos em Bancos, no montante de R\$ 394 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 378). **7. Aplicações interfinanceiras de liquidez:**

	2023	2022
Entre 90 a 365 dias	112.423	112.423
Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.423	112.423
Certificado de Depósito Interbancário	112.423	112.423

As aplicações interfinanceiras de liquidez encontram-se classificadas como nível 1 na hierarquia de valor justo. **8. Outros créditos: a. Rendas a receber:**

	2023	2022

BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CNPJ (MF) nº 29.650.082/0001-00

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

da Administração para determinar a expectativa de perda leva em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos. **a. Provisões:** **i. Tributárias:** As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos. **ii. Cíveis:** Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa. **iii. Trabalhistas:** São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos. **b. Composição e movimentação das provisões:** As provisões constituídas no início e fim do período e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2023:

	2023	
	Tributária	Total
Saldo no início do exercício	16.410	16.410
Constituição/atualização	1.688	1.688
Reversão	(13)	(13)
Saldo no final do exercício	18.085	18.085

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos. A Distribuidora é parte em processos envolvendo questões fiscais, sobre os quais foram efetuados depósitos judiciais vinculados a estes processos, que se encontram provisionados. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas sobre as causas classificadas como de risco de perda provável. A principal discussão judicial é o questionamento da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2023, a Distribuidora figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes: • Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua ineditabilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 324 milhões (31 de dezembro de 2022 - R\$ 293 milhões). Parte do valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco BTG Pactual S.A. pelos atuais controladores. • Processos em que se discute a validade de compensações efetuadas com créditos tributários de IRPJ, CSLL, IRRF para quitar débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS. O valor envolvido nesses processos é de R\$ 138 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5,7 milhões). **12. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	2023	2022
Base de cálculo	285.243	142.251
Resultado antes da tributação e participações	455.496	288.506
Participações estatutárias sobre o lucro	(170.253)	(146.255)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(114.097)	(56.900)
(Inclusões)/exclusões no cálculo da tributação	51.281	37.993
Resultado da equivalência patrimonial	62.095	46.852
Varição Cambial	(261)	21
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(193)	(115)
Outras provisões	(8.861)	(8.941)
Outras Despesas Ineditáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.499)	176
Compensação/(Constituição) sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	3.120	5.721
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(59.696)	(13.186)
Impostos diferidos	6.345	3.313
Despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.351)	(9.873)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, podem ser assim demonstrados:

	2023	2022
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	2.827	342
Ágio	24.451	7.026
Outras diferenças temporárias	667	404
Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	3.182	(3.182)
Total	31.127	7.772

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Total
2024	107	107
2025	6.403	6.403
2026	6.403	6.403
2027	9.571	9.571
2028	6.403	6.403
A partir de 2029	6.830	6.830
Total	35.717	35.717
Valor presente	24.595	24.595

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$500.000 e é composto por 355.586.526 ações nominativas e escriturais sem valor nominal, divididas em 352.793.263 ações ordinárias e 2.793.263 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso do capital social, em caso de dissolução da sociedade sem prêmio. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação limitada a 20% do capital social. Esta reserva será constituída ao final do exercício. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social. Conforme deliberação esta reserva só será constituída ao final do exercício. Eventuais saldos excedentes aos limites estipulados por lei serão destinados nas subsequentes Assembleias Gerais Ordinárias. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como parcela de dividendo mínimo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, consultados os acionistas da companhia, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

	2023	2022
14. Receitas de prestação de serviços:	2º semestre	Exercício
Taxa de gestão de fundos e carteiras de investimentos	173.473	323.577
Prêmio de performance de fundos de investimento	10.262	15.405
Comissões de colocação de títulos	7.526	12.437
Outros	4.110	4.827
Total	195.371	356.246

	2023	2022
15. Outras despesas administrativas:	2º semestre	Exercício
Amortização e depreciação	3.433	5.094
Telecomunicações e processamento de dados	10.038	20.686
Serviços de terceiros e consultorias	3.448	7.457
Propaganda e relações públicas	1.440	3.657
Locações e condomínios	1.883	3.603
Viagens e hospedagens	1.015	1.816
Despesa de seguros	432	580
Despesas de serviços de terceiros	465	643
Despesas do sistema financeiro	19	41
Outros	1.438	2.988
Total (i)	23.611	46.565

(i) O Grupo BTG Pactual adotou critério de rateio de custos e despesas administrativas que impactaram a Distribuidora. **16. Despesas de pessoal:** Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 61.881 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 56.434) refere-se basicamente a pagamento de proventos a funcionários e respectivos encargos sociais.

	2023	2022
17. Despesas tributárias:	2º semestre	Exercício
COFINS	7.456	13.719
ISS	4.188	7.555
PIS	1.211	2.229
Outros	364	481
Total	13.219	23.984

18. Partes relacionadas: Os saldos de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas:

	Prazo	Taxa	Ativos/Passivos	Receitas/(Despesas)
Caixa e equivalente de caixa			300	284
Aplicações	04/11/2024 a 100%			
Interfinanças de liquidez	27/12/2024	CDI	112.423	59.794
Outros créditos (i)			126.035	155.344
Diversos			30	363
Receita de prestação de serviços			-	7.058
Outras receitas operacionais			-	73.853

(i) Valores a receber da controladora. Não houve remuneração para pessoal chave da administração em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **19. Limites operacionais:** A Distribuidora optou por calcular os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro BTG Pactual, que tem como instituição líder o Banco. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos. **20. Resultado não recorrente:** De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes em 31 de dezembro de 2023: • R\$ 19 milhões relacionados à amortização de ágio, líquidos dos efeitos tributários (em 31 de dezembro de 2022 - 22,2 milhões).

DIRETORIA

Allan Hadid
Andre FernandesBruno Duque
Christian FlemmingIuri Rapoport
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo FilhoMariana Cardoso
Renato Cohn

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zarvetor - CRC RJ 092069/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Distribuidora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Distribuidora. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7 - *Companhia Fechada*
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 04 de Abril de 2024. Ficam convocados os acionistas do GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 4 de abril de 2024, às 09:00 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de discutirem e deliberarem sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de atender as exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" da Companhia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** Presidente do Conselho de Administração.

LIGHT S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 03.378.521/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1
Companhia Aberta

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Ficam convidados os Acionistas da LIGHT S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. *Informações aos Acionistas:* A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO ("Boletim"); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/B69153752> com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma - Participante, da plataforma *Ten Meetings*, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente Boletim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Boletim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticações, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Boletim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.light.com.br) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar cadastro na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/B69153752>: **Acionistas Pessoas Físicas:** • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil). Caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identificação com foto do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** • Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Boletim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notificação e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na página da Companhia (www.ri.light.com.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024. **Helio Calisto da Costa - Presidente do Conselho de Administração.**

ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 05.510.716/0001-52 - NIRE nº 33.207.088.869
Sociedade Limitada

Aviso aos Sócios

Comunicamos os Senhores Sócios da ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 21, Parte, Centro, CEP: 20.010-010, os documentos relativos as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024

Luciana Parpinelli de Oliveira - Diretora Presidente
Francisco Pierri - Diretor

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF: 08.310.839/0001-38 - NIRE: 33.3.0031005-3

AVISO AOS ACIONISTAS

Porto Sudeste do Brasil S.A. sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ocorrerá em 30 de abril de 2024 ("AGO 2024"). Os documentos e informações a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos, inclusive, ao exercício encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Felix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23826-850 e também podem ser solicitados por meio do e-mail: secretariatsocietaria@portosudeste.com.
Itaguaí, 28 de março de 2024.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.

Oscar Pekka Fahlgren - Presidente do Conselho de Administração

VIAÇÃO MAUÁ S/A

CNPJ 31.688.609/0001-29

Aviso aos Acionistas: Aham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA CAPITÃO ACÁCIO, 363 - Boaçu - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

ICARAI AUTO TRANSPORTES S/A

CNPJ 28.547.537/0001-95

Aviso aos Acionistas: Aham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA Francisco Neto, 166 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

Auto Viação ABC S.A.

CNPJ 31.694.813/0001-52

Aviso aos Acionistas: Aham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA Francisco Neto, 136 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A

CNPJ/MF nº 02.570.352/0001-08 - NIRE 33.3.0031406-7

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convidados os senhores acionistas da **Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("Companhia")** a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó, 166, 16º andar, Sala 1687-C, CEP 20060-060, no dia 29 de abril de 2024, às 10h15m, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2023; e **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2024. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de abril de 2024, até às 17h30min horas. (b) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro-RJ, 27 de março de 2024. **Oscar von Hauske Solis - Membro do Conselho de Administração.**

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

Companhia Aberta

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2024: O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., companhia aberta, com sede na cidade do RJ, Estado do RJ, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia"), vem, pelo presente, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; e (iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. **INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, contemplando a participação dos senhores acionistas por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, sem prejuízo da possibilidade de exercício do direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") e "Boletim de Voto", respectivamente). Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e a Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia na Assembleia é de 5% (cinco por cento). (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia emitido até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das S.A., cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notificação, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante *link* a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia, ou por meio de envio do Boletim de Voto, conforme instruções constantes do manual para participação da Assembleia divulgado nesta data ("Manual para Participação"). (3) Os acionistas deverão encaminhar os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico ri@somagrupo.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da Assembleia (ou seja, até as 11:30 horas do dia 28/04/2024). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no referido prazo não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. (4) Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto mediante submissão do Boletim de Voto, poderão: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (iii) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia. As instruções para envio do Boletim de Voto constam do Manual para Participação e do próprio Boletim de Voto. (5) Em atendimento aos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, os documentos pertinentes à ordem do dia, a Proposta da Administração e o Manual para Participação, incluindo as orientações para a participação e votação à distância, por meio de sistema eletrônico, encontram-se à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores da Companhia (www.somagrupo.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). RJ, 28/03/2024. **Marcel Sapir - Presidente do Conselho de Administração.**

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 03.758.318/0001-24 - NIRE nº 33.3.002.6.520-1
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Teams, que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i.a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2023; (i.b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; (i.c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (i.d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (ii.a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (ii.b) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração. Nos termos da Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo de titularidade de capital votante para solicitação de voto múltiplo por acionistas é de 5% (cinco por cento). As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações ordinárias representativas de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social. A participação dos acionistas poderá ser pessoal ou por representante legal/procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, conforme abaixo: **Por Representante Legal/Procurador:** Os Representantes Legais/Procuradores deverão apresentar: (i) no caso de acionista pessoa jurídica, cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF; e (ii) no caso de acionista fundo de investimentos, cópia do regulamento do fundo em vigor, cópia do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF. **Boletim de Voto:** Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da RCV 81, poderá enviar o boletim de voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, para os endereços de e-mail invest@invepar.com.br e governancacorporativa@invepar.com.br, aos cuidados dos Departamentos de Relações com Investidores e de Governança Corporativa. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br/>). Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. **João Pinto Rabelo Junior - Presidente do Conselho de Administração.**

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45 - NIRE nº 33.300.000.402

Edital de Convocação de assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os acionistas do Banco BTG Pactual S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso II da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas. 1. Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e Examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 3. Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. 4. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração. 4.1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/2022 e no Artigo 141, da Lei nº 6.404, de 1976, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação do capital votante necessário do requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. **Instruções Gerais:** Os documentos exigidos pela Resolução 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (www.b3.com.br), de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução 81. Participação Presencial: Nos termos do parágrafo único, Artigo 21º, do Estatuto Social da Companhia, bem como no intuito de dar celeridade aos procedimentos da AGO, solicitamos aos acionistas que desejarem participar da AGO que realizem o cadastro prévio e depositem, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas AGM disponível no website www.atlasagm.com e em aplicativo na Apple Store e Google Play Store ("Plataforma Atlas"), e, alternativamente, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, aos cuidados do Departamento Jurídico, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGO, cópia dos seguintes documentos: (i) **Para Pessoas Físicas,** documento de identidade oficial válido com foto e CPF do Acionista; (ii) **Para Pessoas Jurídicas:** (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista; (iii) **Para Fundos de Investimento:** (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do Acionista. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. **Boletim de Voto a Distância:** A Companhia adotará para esta AGO o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução 81. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, até o dia 23 de abril de 2024, a partir desta data, o BVD de uma das seguintes formas: (i) Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (iii) Por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas, juntamente com o envio digital, diretamente por meio da plataforma, da mesma documentação referida acima para a participação presencial. Alternativamente, o Acionista poderia entregar o BVD e a documentação aplicável aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-133. Caso haja divergência entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia (inclusive por meio da Plataforma Atlas) e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, conforme instruções para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas. O acionista que comparecer à AGO e apresentar a documentação exigida não será impedido de participar da AGO. Igualmente, o direito de participar da AGO e de nela exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units* deverá ser exercido por meio da instituição depositária, observados os procedimentos e limitações previstas no correspondente contrato de emissão em vigor, conforme determina o Artigo 46º do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Conselho de Administração.**

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ 12.979.051/0001-96

Aviso aos Acionistas: Aham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a Rua MIGUEL DE FRIAS, 77 - Icarai - Niterói, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. Niterói, 27.03.2024. A Diretoria.

continuação

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

oferece também ganhos de eficiência significativos ao mercado, através de sua infraestrutura de rede de fibra ótica a quaisquer operadoras em bases abertas e neutras de um conhecimento tecnológico amplo e profundo de engenharia e desenvolvimento de produtos.

Diante disso, os clientes da Vtal podem focar na prestação dos serviços aos seus clientes, reduzindo os investimentos em infraestrutura e sua velocidade de acesso ao mercado e início de suas operações (*time-to-market*). Seu plano de crescimento e investimento em desenvolvimento da sua rede está associado diretamente à expansão das atividades de seus clientes em suas diferentes linhas de negócio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha como objeto social: (i) o desenvolvimento, a construção e a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações e de valor adicionado, incluindo, mas não se limitando: (a) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (b) outros serviços de valor adicionado e acesso à internet; (c) a prestação de serviços de internet; (d) a implantação, operação e locação de meios e sistemas para telecomunicações e atividades correlatas; (e) a compra, a venda, a importação e a exportação de equipamentos; e (f) o fornecimento de capacidade, meio e infraestrutura que detenha autorização, permissão ou concessão para exploração de serviços de telecomunicações; (ii) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (iii) a prestação de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM; (iv) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI); (v) a locação, manutenção e operação de equipamentos; (vi) a locação de espaço físico e infraestrutura de hospedagem web (*housing*); (vii) a prestação de serviços de manutenção, instalação e disponibilização de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos e para os serviços de tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas, bem como a prestação de atividades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações, incluindo a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção (assistência técnica) e faturamento de sistemas relacionados a essas atividades e demais serviços de valor adicionado; (viii) a importação, comercialização e exportação relacionadas às atividades desenvolvidas pela Companhia, inclusive de programas de computação, hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral; (ix) o desenvolvimento, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação customizáveis ou não customizáveis; (x) a prestação de serviços de consultoria, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (xi) os serviços de tratamento e processamento de dados e análise de sistemas; (xii) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros; (xiii) a participação no capital social de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócio, acionista ou quotista; (xiv) comercialização e operações com sucatas em geral, próprias ou de terceiros, inclusive sucata de cobre; (xv) depósitos de bens, mercadorias, sucatas para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; (xvi) geração ou obtenção de crédito próprio com possibilidade de comercialização do excedente e (xvii) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro da Vila Olímpia, Rua Casa do Ator, 919, CEP 04546-003.

Em 11 de novembro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") concedeu o registro de Companhia aberta, na categoria "B" para a Companhia.

Contrato de longo prazo e recebíveis com empresa em recuperação judicial

A Companhia possui ativos intangíveis de vida útil definida relacionados a contratos de longo prazo ("Contratos") com a Oi que representam um montante total em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.810.535 (R\$571.748, líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de longo prazo relativo à cessão de direito de uso de fração de espectro em fibra óptica apagada relacionados originalmente à entidade incorporada Globenet, sendo este contrato ainda vigente, R\$2.405.492 (R\$2.220.454 líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de FTTB e RS273.692 (R\$225.393, líquido da amortização acumulada) referente ao contrato de B2B, que foram registrados como parte dos ativos identificáveis a valor justo na aquisição da Companhia. Os contratos com o referido cliente são de média duração e são pagos em parcelas mensais de 13 anos (13 anos, "Take or pay"), 20 anos (20 anos, "Take or pay") e 20 anos (8 anos, "Take or pay") respectivamente, considerando o início da vigência de cada um desses contratos. Os serviços prestados estão sendo pagos tempestivamente pela Oi por seu valor integral. A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores legais e os fatos e circunstâncias conhecidos até a data de emissão dessas demonstrações financeiras acredita que o valor do ativo intangível será integralmente recuperado pela Companhia mediante a manutenção dos contratos com a Oi até o seu vencimento e nos termos originalmente acordados.

A Vtal apresentou à Oi uma proposta firme de apoio e adesão aos termos de um futuro plano de recuperação judicial no que diz respeito a créditos - ainda que de natureza extracontratual - relacionados ao Acordo de Cessão de Direito de Uso de longo prazo "Take-or-Pay" ("LTLA") detidos originalmente pela Globenet Cabos Submarinos S.A. (incorporada pela Companhia) contra a Oi ("Proposta"). A Proposta envolvia o compromisso da Vtal em aderir ao plano na qualidade de credor extracontratual aderente para os fins de conceder um desconto de até 50% dos futuros créditos decorrentes das obrigações futuras de 2025 a 2028 em relação ao LTLA para o período de 2029, observado o cumprimento de determinadas condições. Dentre as condições da Proposta, o pagamento de 44% dos créditos remanescentes do LTLA pós-desconto deveria ser efetuado por meio de dação em pagamento, mediante um acordo para o recebimento de um valor mínimo de infraestrutura de cabos de rede (sucata) juntamente com a assunção pela Vtal da responsabilidade pelos custos de extração. Todos os demais créditos relacionados ao LTLA deverão ser pagos de acordo com seu cronograma original de 2025 a 2028.

Em 14 de março de 2023 a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da RJ") deferiu o processamento do seu pedido de recuperação judicial e de suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V e Oi Brasil Holdings Cooperativa U.A. ("Requerentes" e "Recuperação Judicial"), a qual se encontra em andamento nos termos divulgado pela Oi em sua página de Relações com Investidores.

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia informou ao mercado em geral que celebrou com a Oi S.A. - em Recuperação Judicial ("OJ"), Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Sucata - Contrato de Cessão de Sucata e demais documentos correlatos ("Transação"). Em linha com a proposta de apoio ao plano de recuperação judicial da Oi apresentada pela Companhia (conforme nota explicativa 1), a Transação envolve a aquisição, pela Companhia, de cabos de rede de cobre inservíveis às atividades da Oi ("Sucata"), em regime de exclusividade. De acordo com os instrumentos celebrados, a Companhia se obrigou a adquirir e a Oi se obrigou a vender um determinado volume de Sucata terrestre, com a correspondente compensação de até 22% das obrigações de pagamento da Oi no âmbito do Acordo de Cessão de Direito de Uso de Fração de Espectro de Fibras Ópticas Apagadas, celebrado em 20 de dezembro de 2013, entre Oi e Globenet Cabos Submarinos S.A. (sucederá por incorporação pela Companhia), conforme aditado ("Contrato LTLA"). Adicionalmente a Companhia se comprometeu a reduzir o saldo das obrigações de contratação sob o Contrato LTLA, proporcionalmente ao volume de Sucata efetivamente adquirido e quitado no âmbito da Transação, até o limite de 50%. O Contrato de Cessão de Sucata estabelece também o direito da Companhia de adquirir a Sucata de rede aérea, com a correspondente compensação das obrigações take-or-pay remanescentes no âmbito do Contrato LTLA, bem como o direito de sucata para a extração, transporte e armazenamento dos cabos de rede desativados, que serão de responsabilidade da Companhia. O Contrato de Cessão de Sucata e demais documentos correlatos foram celebrados sob condição suspensiva.

Em 24 de novembro de 2023, a Companhia comunicou que a condição suspensiva foi verificada, de modo que o Contrato de Cessão de Sucata, celebrado entre a Companhia e a Oi, os instrumentos de garantia correspondentes e demais documentos correlatos passaram a ser plenamente eficazes.

A Companhia monitora a evolução da operação da Oi, inclusive a recuperação judicial, novos fatos que possam modificar as estimativas e o julgamento de sua Administração acerca dos ativos relacionados a Oi.

A realização dos ativos intangíveis com a Oi, relacionados aos contratos de longo prazo que foram registrados como parte da combinação de negócios e incorporação reversa da Globenet na Vtal, está diretamente vinculada à manutenção da base de clientes e infraestrutura de fibra do Grupo Oi.

Em 31 de dezembro de 2023, a receita bruta com a Oi representava 80% (80% em dezembro 2022) dos serviços prestados pela Companhia, cujos montantes faturados pela Companhia junto a Oi vêm sendo liquidados dentro dos seus vencimentos originais acordados.

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, as informações individuais e consolidadas demonstram um patrimônio líquido de R\$24.892.288 (R\$24.502.936 em 31 de dezembro de 2022), neste período, a Companhia apresentou um balanço patrimonial líquido no período de R\$385.622 (prejuízo de R\$443.340 em 31 de dezembro de 2022) e o capital circulante líquido positivo consolidado de R\$4.119.058 (R\$3.548.852 em 31 de dezembro de 2022). A Administração leva em conta os seguintes fatos e circunstâncias conhecidos até a data de aprovações das demonstrações financeiras, os quais incluem aumentos de capital realizados pelos novos acionistas da Companhia a partir de 9 de junho de 2022, no âmbito da aquisição do controle acionário da Companhia pela Globenet, posteriormente também pelos aportes realizados pelos fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fundo de Investimento em Participação Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Oi, no valor total de R\$1.927.791, além da captação de R\$ 5.720.000 de uma dívida com um sindicato de bancos com vencimento de principal em junho de 2025 e com pagamento de juros semestrais, além de duas novas capitalizações realizadas em 17 de novembro de 2022 no valor de R\$76.528 e em 15 de dezembro de 2022 no valor de R\$2.500.000, que contribuíram para tornar o capital circulante líquido da Companhia positivo.

A rede neutra de fibras óticas da Companhia é um ativo sem equivalentes no território brasileiro, o qual é uma infraestrutura crítica e necessária para que seus clientes ofertem serviços a seus clientes finais, fato esse que se aplica à própria Oi. Adicionalmente, como parte das operações da Companhia, existem mecanismos de proteções relacionados aos contratos de prestação de serviço entre a Companhia e a Oi, notadamente uma estrutura pautada por uma alienação fiduciária de contas que garante que os recursos mensais de parte dos clientes do segmento FTTB da Oi sejam usados para pagar a Vtal, através de uma instituição financeira independente, combinados a iniciativas de diversificação da base de clientes com a rede de atendimento neutra, entre outros.

Os fatos e circunstâncias conhecidos até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não indicam a existência de impactos significativos que possam vir a alterar as operações da Companhia, em decorrência do pedido de recuperação judicial da Oi. Baseado nestes fatores, na posição de caixa da Companhia, combinada à expectativa de geração de resultados das suas operações e da capacidade de acesso à linha de crédito para financiar seus gastos de capital, a Administração da Companhia acredita que possuirá os recursos necessários e a capacidade para a manutenção das operações da Companhia e para financiar o plano de expansão dos seus negócios no curto e longo prazo.

2. Principais políticas contábeis**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board".

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de março de 2024.

b) Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de direção das atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes para avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:
 - O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
 - Direitos originados de acordos contratuais;
 - Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Os ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo. As demonstrações financeiras do Grupo incluem as empresas relacionadas a seguir, que operam um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão no Brasil, na Colômbia, nos Estados Unidos da América, nas Ilhas Bermudas, na Argentina e na Venezuela, que permite o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes nacionais e internacionais.

Nome	País	% de participação	Dez/2023	Dez/2022
Participação direta da Vtal				
Globenet Cabos Submarinos Bermuda Ltd.	Bermuda	100	100	
Globenet Cabos Submarinos Participações Ltda.	Brasil	100	100	
Globenet Cabos Submarinos Argentina S.R.L.	Argentina	0,11	0,11	
Globenet Cabos Submarinos Uruguay S.A.	Uruguay	100	100	
Globenet Cabos Submarinos Chile	Chile	100	100	
Participação indireta da Vtal via Globenet Cabos Submarinos Bermuda Ltd.				
Globenet Cabos Submarinos Colômbia SAS	Colômbia	100	100	
Globenet Cabos Submarinos América Inc.	EUA	100	100	
Globenet Cabos Submarinos VZLA S.A.	Venezuela	100	100	
Globenet Cabos Submarinos Argentina S.R.L.	Argentina	99,89	99,89	
Participação indireta da Vtal via Globenet Cabos Submarinos Uruguay S.A.				
Globenet Cabos Submarinos International S.A.	Uruguay	100	100	

Moeda funcional e de apresentação

O Grupo atua, como operador no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Informações por segmentos

A Administração monitora e acompanha o desempenho das ofertas de serviços na visão de um único segmento de clientes do atacado, sendo os resultados no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas, consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria. Informações sobre o segmento operacional são apresentados na Nota 24.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são contas bancárias e equivalentes caixa de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado (que inclui o valor justo por meio de outros resultados abrangentes); e (iii) valor justo por meio de resultado.

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado - ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios só o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos prováveis que futuros benefícios econômicos esperados são gastos fixos para o Grupo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

Contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos no reconhecimento inicial. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. A estimativa das perdas esperadas em contas a receber de clientes é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas é aplicado em detrimento do valor bruto das contas a receber com base no modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota 9).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (quando aplicável). Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos esperados excederem os custos fixos para o Grupo. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, exceto se são capitalizados, somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil dos ativos.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, para a qual o Grupo revisa anualmente (Nota 14).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazê-los com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências dos serviços prestados, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, neutra e amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de um possível impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida têm seu valor recuperável testado anualmente conforme determinado no CPC 01 / IAS 36.

O Grupo avalia, em uso do ativo UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital; e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis a UGC.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com as estimativas financeiras derivadas dos dados históricos e mediantemente na demonstração do resultado, em "Recargas (despesas) financeiras"); Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Deterioração de ativos financeiros

O Grupo avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

O passivo financeiro ou empréstimos e financiamentos é desreconhecido quando a dívida é extinta ou quando ocorre modificação substancial nos termos contratuais.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge (proteção)

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, swaps de moeda, para fornecer proteção contra os riscos de variações nas taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de celebração do contrato e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A forma de registro do ganho ou da perda resultante dessa, subseqüente remensuração, depende do derivativo ter sido designado como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

O Grupo não adota a política de *hedge accounting*, apesar de fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, e, sendo assim, as variações no valor justo de qualquer um dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, em "Recargas (despesas) financeiras". Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento mercantil em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil acrescido de custos diretos incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental que foram estimadas.

Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas financeiras derivadas dos dados históricos e mediantemente na demonstração do resultado, em "Recargas (despesas) financeiras". Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo o Grupo faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda, quando aplicável.

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo o Grupo faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

* Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de natureza patrocínada pelo Grupo em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 23).

O Grupo conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

* Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

* Plano de remuneração baseada em ações - A Companhia mantém plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, quando há o exercício da opção de compra pelo participante, os quais a entidade recebe os serviços dos empregados participantes com contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado participante, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, com base no tempo de serviço dos empregados participantes. Os custos correspondente à quantidade de ações que o beneficiário fará jus na data do exercício das ações outorgadas, o valor total da despesa é reconhecido durante o período o qual as condições de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

O valor justo dos serviços do empregado participante recebidos em troca das ações, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, que inclui as opções de compra de ações são exercidas.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades do Grupo. A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para o Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

O Grupo aplica os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfetiva a obrigação de desempenho.

Dentre os serviços prestados pelo Grupo destacamos: (i) serviço de cessão onerosa de meio de rede fibra óptica (capacidade de rede) cuja receita é reconhecida, mensalmente, pela prestação do serviço, sendo o valor da contraprestação determinado pelo volume cobrado pelo cliente e (ii) serviço de instalação/habilitação para seus clientes, quando previsto contratualmente, o valor da contraprestação é fixo, cuja receita é reconhecida quando as condições contratuais são atingidas, que ocorrem quando a instalação é concluída e o serviço é aprovado pelo cliente em momento específico no tempo. Esses serviços são prestados, substancialmente, à Oi S.A., conforme Nota 25. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, os custos são contabilizados obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e a sua competência a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos e demais encargos sobre obrigações ou transações financeiras (Nota 6).

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os efeitos das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. O Grupo elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração considerando a continuidade da empresa. O Grupo reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que o benefício do ativo fiscal diferido estará disponível para ser utilizado, atualizados anualmente, aprovados pela diretoria, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos (Nota 7).

Resultado por ação

continuação

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo atribuído ao não controlador ou pela proporção da participação do não controlador sobre os ativos líquidos identificados a valor justo na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que pode incluir a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ativo fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ativo associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ativo alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

d) *Novas normas, alterações e interpretações de normas*

d.1) *Novas normas adotadas em 1º de janeiro de 2023*

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Classificação de passivos como circulante ou não circulante e Divulgação de políticas contábeis.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 Definição de estimativas contábeis	1 de janeiro de 2023
IAS 12 Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação	1 de janeiro de 2023
IFRS 4 Contrato de seguro - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

d.2) *Novas normas, alterações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024*

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1 de janeiro de 2024
IAS 7 e IFRS 7 Acordo de financiamento com fornecedores.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 Passivo de Locação de venda e retroarrendamento.	1 de janeiro de 2024

O Grupo não espera impacto significativo dessas alterações nas normas contábeis.

e) *Aquisição do controle acionário da Companhia pela Globenet*
Em 9 de junho de 2022, ocorreu a aquisição do controle acionário da Companhia pela Globenet. O montante total da consideração transferida correspondente é composto pelos seguintes elementos:

(i) *Parcela Primária:* subscrição e integralização pela Globenet de novas ações ordinárias representativas do capital social votante da Companhia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$1.776.100 e a emissão de 1.031.715.663 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

(ii) *Parcela Secundária:* aquisição pela Globenet de ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da Companhia, mediante a emissão de 869.478 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e o pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pela Globenet, até 3 (três) parcelas, sendo R\$4.261.708, pagos na data do fechamento da transação e o saldo restante no montante de R\$3.748.491 foi reconhecido como uma obrigação de aquisição de investimento e será atualizado mensalmente pela Taxa SELIC até a sua liquidação e na data da aquisição do controle acionário o seu saldo atualizado correspondia a R\$3.883.990. Essa obrigação foi quitada em dezembro de 2022 e janeiro de 2023 pela Companhia; Na data de aquisição a contraprestação foi relacionada a parcela Secundária foi de R\$ 145.698;

(iii) *Parcela Primária Adicional - I:* em 13 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pela Globenet de 730.895.780 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social votante da Companhia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$1.258.238;

(iv) *Parcela Primária Adicional - II:* em 21 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pela Globenet de 237.925.291 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social votante da Companhia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$300.000.

A participação acionária adquirida pela Globenet corresponde a 54,92% do capital social da Companhia, correspondente a 12.997.591.191 ações ordinárias. Com o fechamento da transação, o total da contraprestação transferida para aquisição do controle baseado nos termos de fechamento da aquisição totalizou R\$11.480.036 que foi atribuída a Controladora, sendo o montante de R\$7.596.046 pagos até a data de fechamento da transação e o montante de R\$3.883.990 retidos na data de aquisição como uma obrigação a pagar ao vendedor do controle da Companhia.

A Companhia e a Oi e suas afiliadas celebraram contratos de provimento de capacidade e outros contratos operacionais, bem como de acordo de acionistas da Companhia, entre a Globenet e a Oi, no âmbito dessa transação, vide Nota 22.

Valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos
Em 19 de julho de 2023, a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Companhia na data da aquisição pela Globenet foi concluída, e foi baseada no trabalho de especialistas avaliadores contratados para este fim, e seguem os termos das práticas contábeis em vigor (IFRS 3 / CPC 15 (R1)). Abaixo demonstramos a os ativos e passivos adquiridos nessa transação:

Valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em 9 de junho de 2022	Valor justo na data de aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.924.539
Contas a receber	440.784
Tributos correntes a recuperar	5.468
Despesas antecipadas	10.880
Intangível	2.735.216
Imobilizado	18.565.256
Tributos diferidos a recuperar	475.496
Demais ativos	698.980
Total dos ativos adquiridos	24.856.619
Passivos	
Empréstimos e financiamentos - Circulante	5.850.608
Salários, encargos sociais e benefícios	93.121
Fornecedores	1.907.239
Arrendamentos a Pagar	31.756
Tributos diferidos a recolher	357.955
Outras obrigações	344.215
Total dos passivos assumidos	8.584.894
Total dos ativos identificáveis líquidos a valor justo	16.271.725
Participação adquirida	54,92%
Contraprestação transferida atribuída à controladora	11.480.036
Contraprestação transferida ao não controlador mensurada pela proporção dos ativos identificáveis líquidos a valor justo	7.335.293
Total da contraprestação transferida na combinação de negócios	18.815.329
(-) Total dos ativos identificáveis líquidos a valor justo	16.271.725
(i) <i>Ativo por expectativa de rentabilidade futura registrado na combinação de negócios atribuído à controladora</i>	2.543.604

O ativo por expectativa de rentabilidade futura registrado nas demonstrações financeiras da Globenet em 9 de junho de 2022 compreende o valor dos benefícios econômicos oriundos das sinergias obtidas com a aquisição. O valor do ativo foi registrado no montante de R\$ 2.543.604.

Abaixo está apresentada a relação dos ajustes a valor justo registrados no balanço consolidado da Globenet na data de aquisição do controle da Companhia e antes da reorganização societária pela qual a Globenet foi incorporada pela Vtal. A seguir o detalhamento da metodologia de mensuração a valor justo.

Patrimônio líquido da adquirida a valor de livros na data do fechamento da transação 13.346.376

Mais valia intangíveis (i) 2.679.184

Mais valia imobilizado (ii) 580.345

Menos valia contas a receber (iii) (334.180)

Total dos ativos identificáveis líquidos a valor justo 16.271.725

(i) Ajuste a valor justo de intangíveis identificados na combinação de negócios é registrado na data de aquisição da Companhia. Os ativos intangíveis identificados são relacionados a contratos na modalidade take-or-pay e de longo prazo, cujo objeto é a prestação de serviços de telecomunicações, tendo sido o montante de aproximadamente R\$ 273.692 alocado para o contrato de B2B e R\$ 2.405.492 para contrato de FTTH. Ambos intangíveis foram mensurados a valor justo com base em metodologia de método de rentabilidade excedente em períodos múltiplos (MPEEM) a taxa de 10,99% dentro do prazo de cada contrato que possuem vencimento em 2030 e 2041, respectivamente. Esses ativos identificados estão contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia, desde a incorporação reversa da Globenet ocorrida em 30 de junho de 2022.

parte da reorganização societária, a Companhia efetuou a avaliação contábil e fiscal das mais valias registradas na combinação de negócios ocorrida em 9 de junho de 2022. Abaixo demonstramos a alocação dos ativos identificados na combinação de negócios que foram atribuídos aos acionistas controladores e não controladores na proporção da participação acionária de cada acionista.

Mais valia atribuída ao controlador a 54,92%

Mais valia intangíveis 1.471.408

Mais valia imobilizado 318.725

Menos valia contas a receber e outros contas a receber (183.532)

Total da mais valia atribuída aos controladores 1.606.601

Mais valia atribuída aos não controladores a 45,08%

Mais valia intangíveis 1.207.776

Mais valia imobilizado 261.620

Menos valia contas a receber e outros contas a receber (150.648)

Total da mais valia atribuída aos não controladores (i) 1.318.748

Imposto de renda diferido referente a parcela não dedutível do ativo aplicado a entidade sucessora na incorporação reversa (448.374)

(i) Refere-se à mais valia atribuída ao acionista não-controlador da Companhia registrada em reserva de capital.

Com a conclusão da reorganização societária, a parcela dos ativos identificados a valor justo atribuída aos acionistas não controladores se torna não dedutível para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Diante da alteração da amortização desse ativo entre a base contábil versus fiscal, se torna necessário o reconhecimento de imposto de renda diferido passivo no montante total de R\$ 448.374 em conformidade com o CPC 32/IAS12 com contrapartida no ativo de expectativa de rentabilidade futura reconhecido na combinação de negócios de R\$ 2.991.978.

Com a conclusão da incorporação reversa da Globenet pela Vtal, os ajustes a valor justo da Globenet registrados via acervo líquido as demonstrações financeiras da Vtal contemplam os ajustes abaixo:

Impactos da combinação de negócios reconhecidos na Companhia via incorporação reversa de 30 de junho de 2022	Montante registrado
A - Total mais valia ativo intangível incorporado na Vtal (Nota 15)	2.679.184
B - Total mais valia ativo imobilizado incorporada na Companhia (Nota 14)	580.345
C - Total menos valia contas a receber incorporado na Companhia (Nota 9)	(334.180)
D - IRPJ e CSLL diferido atribuído a parcela não dedutível dos ajustes a valor justo (Nota 10)	(448.374)
E - Total do ativo por expectativa de rentabilidade futura registrado na Vtal com a incorporação reversa (Nota 15)	2.991.978
F - Total mais valia atribuída ao não controlador incorporada no Patrimônio Líquido	(1.318.748)
G - Contas a pagar com a Oi retido na data de aquisição (Nota 20)	(3.883.990)

O quadro a seguir demonstra a composição do acervo líquido contábil incorporado pela Companhia em 30 de junho de 2022, nos termos do laudo de avaliação emitido por perito independente datado de 31 de maio de 2022 e respectivas variações patrimoniais até a data de incorporação em 30 de junho de 2022:

Valor Contábil de incorporação	Variações patrimoniais	Valor contábil na data de incorporação
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	7	249.082
Aplicações financeiras	1.741.098	(1.741.098)
Contas a receber	136.529	116.401
Créditos com Partes Relacionadas	73.599	34.588
Investimentos	4.312.630	(3.976.745)
Intangível	1.796.108	4.176.505
Imobilizado	261.966	9.002
Tributos diferidos e a recuperar	258.776	(160.266)
Demais ativos	69.898	(41.239)
Total dos ativos	8.650.611	(1.333.770)

Ativos Contábil de incorporação 8.650.611

Variações patrimoniais (1.333.770)

Valor contábil na data de incorporação 7.316.841

Ativos Contábil de incorporação 7.316.841

Variações patrimoniais (1.333.770)

Valor contábil na data de incorporação 6.000.000

Ativos Contábil de incorporação 6.000.000

Variações patrimoniais (1.333.770)

Valor contábil na data de incorporação 4.666.230

Ativos Contábil de incorporação 4.666.230

Variações patrimoniais (1.333.770)

Valor contábil na data de incorporação 3.332.460

Valor Contábil de incorporação	Variações patrimoniais	Valor contábil na data de incorporação
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	1.448.702	(1.448.702)
Débitos com Partes Relacionadas	205.337	22.808
Salários, encargos sociais e benefícios	13.807	4.015
Fornecedores	1.7819	(16.432)
Arrendamentos a Pagar	19.745	3
Tributos diferidos a recolher	276.293	8.636
Outras obrigações	3.790.381	(15.998)
Total dos passivos	5.772.084	(1.445.670)
Acervo Líquido contábil incorporado (i)	2.878.527	111.900

(i) O montante de R\$ 2.878.527 se refere ao acervo líquido conforme Laudo de Incorporação da Globenet cuja data base foi 31 de maio de 2022. Para fins da conclusão da incorporação em 30 de junho de 2022, as variações patrimoniais da Globenet, no valor agregado líquido de R\$ 111.900, referente ao mês de junho foram registradas à conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, sendo a receita e lucro líquido da Globenet Brasil em 30 de junho de 2022 foram de R\$ 700.548 e R\$ 16.385, respectivamente.

3. **Instrumentos financeiros e análise de riscos**

3.1. **Mensuração do valor justo**
O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com maior grau de subjetividade (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non performance risk"), incluindo o próprio crédito do Grupo, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, o Grupo deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelo Grupo.

Nível 2 - Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

O Grupo procedeu uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

A tabela a seguir demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas bancárias	5.749	5.749	4.158	4.158
Equivalentes de caixa (i)	4.773.183	4.773.183	4.556.981	4.556.981
Aplicações Financeiras	523.221	523.221	2.466.171	2.466.171
Contas a receber de clientes (ii)	1.817.600	1.817.600	1.191.016	1.191.016
Outros ativos	291.856	291.856	193.999	193.999
Passivos				
Fornecedores (ii)	1.301.965	1.301.965	1.757.984	1.757.984
Debêntures privadas (iii)	5.716.416	5.716.416	5.706.325	5.706.325
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	-	-	1.063	1.063
Dividas com partes relacionadas	215.827	215.827	229.870	229.870
Arrendamentos (v)	47.039	47.039	53.669	53.669
Programa de refinanciamento fiscal	140	140	288	288
Outras obrigações (vi)	1.631.608	1.631.608	2.872.810	2.872.810
Total	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000

3.2. **Administração do risco financeiro**
As atividades do Grupo o expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de elevações da inflação, risco de taxa de juros sobre contratos em moeda nacional, atualizados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

O risco inerente aos passivos em CDI surge em razão da possibilidade de existir flutuação deste indexador.

3.2.1. **Risco de mercado**
a) *Risco de taxa de juros*
Ativos financeiros
Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos em Depósitos a Prazo Remunerados, Operações Compromissadas e em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha e em títulos públicos pós-fixados.

Passivos financeiros
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos apresentados conforme peças contábeis da Demonstração do Resultado:

Custo dos serviços prestados (4.636.522) (4.481.216) (4.779.123) (4.574.678)

Despesas com vendas (54.706) (67.030) (66.536) (66.578)

Despesas gerais e administrativas (704.297) (389.407) (768.667) (410.583)

Outras receitas operacionais 415.012 378.549 415.052 378.549

Outras despesas operacionais (229.973) (180.108) (244.293) (181.343)

Resultado de equivalência patrimonial 68.180 25.159 - -

continuação

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 02.041.460/0001-93

7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9% produzindo uma alíquota combinada de 34%.

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social				
Tributos correntes	(30.978)	79.275	(40.323)	96.814
Tributos diferidos	186.336	370.480	182.748	342.008
Total	155.358	449.755	142.425	438.822

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL	230.264	(893.095)	243.197	(882.162)
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado - Alíquota nominal (34%)	(78.290)	303.652	(82.687)	299.935
Equivalência patrimonial (67,47%)	23.181	8.554	-	-
Exclusões (adições) permanentes (i)	210.467	137.549	225.112	138.887

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizados pelo Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 são mensuradas pelos respectivos valores justos por meio do resultado.

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	5.749	4.158	27.413	59.420
Equivalentes de caixa	4.773.183	4.556.981	4.824.282	4.605.766
Total	4.778.932	4.561.139	4.851.695	4.665.186

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas (i)	26.488	3.537	26.488	3.537
Fundos de Investimento Financeiro (ii) CDB - Certificado de Depósito Bancário (iii)	4.104.945	4.522.135	4.104.945	4.522.135
Título Público (LTF)	641.750	-	641.750	-
Outros (iv)	-	31.309	51.099	40.539
Equivalentes de caixa	4.773.183	4.556.981	4.824.282	4.605.766

(i) Lastreadas em Títulos Públicos, possuem remuneração atrelada à taxa Selic.
(ii) Fundos de Investimento Financeiro contendo, principalmente, letras financeiras do tesouro de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
(iii) Certificados de Depósito Bancário remunerados à taxa CDI, variando entre 101% e 104,5%.
(iv) Recursos alocados principalmente em depósitos remunerados à taxa CDI, variando entre 101% e 104,5%, com liquidez imediata.

Os valores de equivalentes de caixa são investidos através de Certificados de Depósito Bancário, Depósitos Remunerados e em operações compromissadas, alocados preferencialmente em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Aplicações financeiras
Os valores das aplicações financeiras estão integralmente investidos em Certificados de Depósito Bancário com carência para resgate.

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas (i)	108.377	108.377	108.377	108.377
CDB - Certificado de Depósito Bancário (iii)	414.844	2.466.171	414.844	2.466.171
Aplicações financeiras	523.221	2.466.171	523.221	2.466.171

O Grupo possui operações financeiras no Brasil, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil. O Grupo estruturou as suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas (títulos emitidos com o compromisso de recompra por parte do banco, e de venda pelo cliente), ambas modalidades das aplicações são resgatadas a qualquer momento sem variação relevante de valor, e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI, variando entre 101% e 106,0%.

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Serviços faturados	1.262.747	737.775	1.358.233	834.713
Serviços a faturar	569.269	466.409	597.250	502.699
Subtotal:	1.832.016	1.204.184	1.955.483	1.337.412
Provisão para perda de crédito esperada	(14.416)	(13.168)	(38.489)	(50.661)
Total	1.817.600	1.191.016	1.916.994	1.286.751

(i) Refere-se principalmente aos valores relativos à taxa de instalação que possuem pagamento parcelado conforme contrato.
Os montantes demonstrados acima incluem transações entre partes relacionadas (Nota 25).
A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	1.650.104	1.078.106	1.714.669	1.165.887
Vencidas até 60 dias	109.063	99.415	142.291	155.441
Vencidas de 61 a 90 dias	34.698	13.980	36.532	17.394
Vencidas de 91 a 120 dias	13.302	7.859	15.209	8.782
Vencidas de 121 a 150 dias	10.173	2.596	10.706	2.338
Acima de 150 dias	14.676	2.228	36.076	27.570
Total	1.832.016	1.204.184	1.955.483	1.337.412

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes do Grupo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31/12/2022	(13.168)	(50.661)	(22.695)	(33.872)
Constituição de provisão para perda de crédito esperada	21.447	42.800	21.447	42.800
Contas a receber baixadas como incobráveis	-	-	-	-
Efeito das variações nas taxas de câmbio	-	-	3.244	-
Saldo em 31/12/2023	(14.416)	(38.489)	(14.416)	(38.489)

10. Tributos correntes e diferidos
A apresentação dos impostos correntes está apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Tributos correntes a recuperar	49.689	43.051	53.627	45.660
IR a recuperar	90	159	213	265
CS a recuperar	90	159	213	265
IRRF/CSLL - Impostos retidos na fonte	189.776	86.854	158.825	86.889
Circulante	208.555	130.064	212.665	132.814
Tributos diferidos	-	-	28.350	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	28.350	-
Não Circulante	-	-	28.350	-

Passivo

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Tributos correntes (i)	-	2.417	-	-
Imposto de renda	-	2.417	-	-
Contribuição social	5.110	-	5.110	-
Circulante	5.110	-	5.110	-
Tributos diferidos	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (ii)	3.168	189.504	3.168	155.130
Não Circulante	3.168	189.504	3.168	155.130

(i) Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. A Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.
(ii) Vide quadro de movimentação abaixo. A apresentação de impostos de renda diferidos leva em consideração o princípio da apresentação líquida quando impostos de renda diferidos ativos e passivos estão sob a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, a parcela de impostos de renda diferidos ativos no consolidado se referem a entidades controladas da Companhia que estão situadas no exterior.
A movimentação e a apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Reconhecido no resultado	-	2.417	-	-
Reconhecido no patrimônio	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	5.110	5.110	5.110	5.110

Tributos diferidos ativos com relação a:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para contingências	23.709	4.477	-	28.186
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	990	(30)	-	960
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	12.615	4.189	-	16.804
Participação nos lucros	29.329	(19.161)	-	10.168
Outras adições e exclusões temporárias	894	29.798	199	30.891
Variação Cambial	45.866	-	-	45.866
Arrendamentos	564	11.196	-	11.760
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii)	1.198	1.352	-	2.550
Total	901.942	(14.147)	-	887.795

Tributos diferidos passivos
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo (iii)
Depreciação Acelerada Incentivada (iv)
Provisões para fundos de pensão (1.337)
Provisão ao valor de recuperação (v)
Total de tributos diferidos passivos

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
(ii) Com a consumação da incorporação reversa da Globenet na Companhia ocorrida em 30 de junho de 2022, sendo a Companhia a entidade sucessora na reorganização, a Companhia revisou as projeções de lucro fiscal para fins de recuperabilidade de impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais e base negativa e considerando a sinergia da entidade sucessora após a reorganização, foi reconhecido ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social baseado na expectativa de lucro fiscal futuro disponível a favor da Companhia. Importante ressaltar que as diferenças temporárias tributárias da Companhia foram consideradas como parte do reconhecimento de imposto diferido passivo relacionado a entidade extinta Globenet, e nesse caso essas diferenças temporárias passivas serão tributadas à medida que sejam realizadas e possibilitarão compensação de diferenças temporárias passivas. Em 31 de dezembro de 2023 não existe provisão ao valor recuperável de impostos de renda diferido ativos por prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, assim como para as diferenças temporárias dedutíveis.
(iii) Inclui R\$448.374 relativos ao registro da mais valia atribuída ao acionista não controlador, por ocasião da incorporação da Globenet pela Companhia. (Vide Nota 2 (e)), sendo o valor líquido de imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2023 de R\$388.250.
(iv) Passivo fiscal diferido decorrente da aplicação do método de depreciação acelerada fiscal no exercício de 2022, para determinados ativos imobilizados. A Companhia não optou pela aceleração para fins fiscais no exercício de 2023 e por este motivo não tivemos movimentação nesta rubrica.
(v) O Grupo revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas.

Tributos diferidos ativos com relação a:
Provisões para contingências
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes
Participação nos lucros
Outras adições e exclusões temporárias
Prov. IR Adições Temporárias (i)
Variação Cambial
Arrendamentos
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii)
Tributos diferidos passivos
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo (iii)
Depreciação Acelerada Incentivada (iv)
Provisões para fundos de pensão (1.337)
Provisão ao valor de recuperação (v)
Total de tributos diferidos ativos/passivos

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para contingências	23.709	4.477	-	28.186
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	990	(30)	-	960
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	12.615	4.189	-	16.804
Participação nos lucros	29.329	(19.161)	-	10.168
Outras adições e exclusões temporárias	894	29.798	199	30.891
Variação Cambial	45.866	-	-	45.866
Arrendamentos	564	11.196	-	11.760
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii)	1.198	1.352	-	2.550
Total	901.941	(14.146)	-	887.795

Expectativa de recuperação de créditos tributários
A Companhia constituiu créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social.
As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2023.
Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	96.752	115.441	96.752	115.441
2025	-	-	-	-
2026	109.902	1.328	111.230	-
2027	177.569	1.328	178.897	-
2028	272.378	1.328	273.706	-
2029 em diante	231.194	27.758	258.952	-
Total	887.795	147.183	1.034.978	-

11. Outros tributos

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	-	-	-	-
ICMS a recuperar (i)	549.717	586.861	549.830	586.986
PIS e COFINS	62.507	3.095	62.507	3.095
Outros	7.232	39.126	18.488	50.479
Total	619.456	629.082	630.825	640.560

Passivo

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (ii)	165.965	99.406	165.966	99.406
Impostos retidos na fonte	-	-	1.214	645
PIS e COFINS	31.895	50.696	31.921	50.715
Outros	17.585	13.359	51.735	12.196
Total	215.445	163.461	250.386	162.962

12. Depósitos e bloqueios judiciais
Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão do Grupo pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pelo Grupo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	-	-	-	-
Circulante	227.964	188.304	239.333	199.782
Não circulante	391.492	440.778	391.492	440.778
Total	619.456	629.082	630.825	640.560

14. Imobilizado

	Controladora	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	2.049.599	17.746	24.466.855	7.821.179
Incorporação Globenet (i)	35.652	-	718.560	28.647
Mais e menos-Valia (Nota 1 (e))	-	(4.913)	(1.418.805)	1.348.189
Modificações contratuais	-	-	-	-
Adições	4.220.161	-	467.054	963
Baixas(ii)	(208.426)	-	(1.552.814)	(6.7815)
Transferências	(3.848.838)	9.608	3.614.819	187.770
Saldo em 31/12/2022	2.248.148	22.441	26.295.669	9.376.776

Saldo em 31/12/2023
Depreciação acumulada
Saldo em 31/12/2021
Incorporação Globenet (i)
Despesas de depreciação
Baixas
Transferências
Saldo em 31/12/20

Nacional

*- continuação

Table with columns: Companhia contratante, Encargos, Emissão, Data de emissão, Valor da emissão, Data pagamento principal, Pagamento Juros, Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")

Table with columns: Companhia contratante, Encargos, Emissão, Data de emissão, Valor da emissão, Data pagamento principal, Pagamento Juros, Garantias e instrumentos financeiros contratos ("IFC")

Os financiamentos são amortizados em parcelas semestrais a partir de dezembro/17 até o vencimento final dos contratos e os juros são pagos semestralmente a partir da emissão.

Table with columns: Companhia contratante, Encargos, Emissão, Valor da contratação, Taxa de juros, Data de desembolso, Valor desembolsado

As garantias relacionadas a tal operação são: garantia fiduciária assumida pela Aegae e 9 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem a 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Table with columns: Companhia contratante, Data de nominal contratação, Valor total, Valor Desembolsado, Vencimentos

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegae; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato;

Table with columns: Companhia contratante, Data de nominal contratação, Valor total, Valor Desembolsado, Vencimentos

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegae; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato;

Table with columns: Companhia contratante, Data de nominal contratação, Valor total, Valor Desembolsado, Vencimentos

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegae; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato;

Table with columns: Companhia contratante, Data de nominal contratação, Valor total, Valor Desembolsado, Vencimentos

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegae; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão de Mirante; (iii) notas promissórias no valor do contrato;

Saneamento S.A. (Em milhares de reais)

como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não se esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Table with columns: Plano BD 001, Plano IPE-SAÚDE, PDV 2023, 2022

Table with columns: Plano BD 001, Plano IPE-SAÚDE, PDV 2023, 2022

Table with columns: Econômicas e financeiras, Taxa real de desconto atuarial, Retorno real esperado sobre os ativos

Table with columns: Demográficas, Mortalidade geral, Mortalidade de inválidos

Table with columns: Premissa Plano, Taxa de desconto, Aumento de 1%

Table with columns: Crescimento Real de Salários, Aumento de 1%, Redução de 1%

Table with columns: Socícos, Arcos Saneamento e Participações S.A., Saneamento 100% Fundo de Investimentos

Table with columns: Socícos, Arcos Saneamento e Participações S.A., Saneamento 100% Fundo de Investimentos

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código GACB-D777-53B8-87FE.

* continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Equipav Saneamento S.A. (Em milhares de reais)

Table with columns: Instrumento, Saldos em 2023, Técnicas de valorização, Inputs significativos não observáveis, Sensibilidade dos Inputs ao valor justo, Controladas indiretas, Investimento contratual (a), Metas específicas, Obrigações contratuais.

Table with columns: Instrumento, Exposição, Risco, Cenário I, II, III, Swap, Consolidação.

Table with columns: Instrumento, Exposição, Risco, Cenário I, II, III, Swap, Consolidação.

28. Cobertura de seguros: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros era composta por:

Table with columns: Danos materiais, Responsabilidade civil, Executante concessionário, Equipamentos e veículos, D&O - Directors and Officers Liability Insurance, Riscos de engenharia, Cyber.

29. Compromissos: A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento e obrigações de suas controladas indiretas conforme contratos de concessão e seus aditivos.

Main table with columns: Controladas indiretas, Investimento contratual (a), Metas específicas, Obrigações contratuais.

Diretoria Danilo Dias Garcez de Castro Doria - Diretor Presidente Leandro Antonio Grisli - Diretor Administrativo

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ciudadã a projeção de resultados, de fluxo futuro de pagamento de dividendos e de taxa de desconto. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de R\$ 6.533.143 mil reconhecidos na rubrica de títulos e valores mobiliários, no ativo realizado a longo prazo consolidado. Devido à relevância dos valores registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, (i) entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação e mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários; (ii) o apoio de especialistas, avaliação das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração do valor justo, em particular relacionadas à projeção de resultados, projeção de fluxo de pagamento de dividendos e de taxa de desconto; (iii) avaliação da competência e experiência relevante dos especialistas contratados pela Companhia que auxiliaram na mensuração do valor justo do ativo e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sobre os saldos e premissas relevantes utilizadas na mensuração do valor justo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo sob os investimentos em ações preferenciais, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na mensuração do valor justo, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível: Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 4.d., 4.f., 12 e 13. A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.d., 4.f., 12 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião sobre as demonstrações de valor adicionado, consideramos que os critérios de reconhecimento e mensuração do valor adicionado, bem como o tratamento contábil dado a transação e as respectivas divulgações descritas na nota explicativa 5.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Instrumentos financeiros avaliados a valor justo: Conforme mencionado na nota explicativa 11.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. detém investimentos em ações preferenciais na coligada Águas do Rio Investimentos S.A., as quais são mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo que a mensuração das ações é calculada com base em fluxo futuro descontado de pagamento de dividendos. Essa mensuração é estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente rela-

Continuation of the main table with columns: Controladas indiretas, Investimento contratual (a), Metas específicas, Obrigações contratuais.

(a) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos. (b) Refere-se às controladas indiretas Barra do Garças, Campo Verde, Carlinda, Cláudia, Jangada, Jauru, Marcolândia, Nortelândia, Pedra Preta, Peixoto, Primavera, Poconé, Santa Carmem, São José, Sorriso, União do Sul e Vera. (c) Refere-se às controladas indiretas Diamantino e Confresa. 30. Aspectos ambientais: O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. 31. Eventos subsequentes: Em 08 de janeiro de 2024, a controlada Aegea realizou a compra de R\$ 92.248.492 (noventa e duas milhões, duzentas e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e duas) ações preferenciais da classe A, todas nominativas e sem valor nominal da Colibri Verde Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura na coligada indireta Águas do Rio Investimentos. Em 08 de janeiro de 2024, a controlada Aegea realizou a compra de 24.888.300 (vinte e quatro milhões, oitocentas e oitenta e oito mil, trezentas e nove) ações preferenciais da classe A, todas nominativas e sem valor nominal da participação da Anglo Investment Private Limited na coligada indireta Águas do Rio Investimentos. Em 08 de janeiro de 2024, a controlada Aegea realizou a compra de 13.305.071 (treze milhões, trezentas e cinco mil e setenta e uma) ações preferenciais da classe A, todas nominativas e sem valor nominal da participação da Itaúsa S.A. na coligada indireta Águas do Rio Investimentos. Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 109.150, representado por 109.149.800, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, o capital social passou de R\$ 526.712 para R\$ 635.861, divididas em 642.001.846 ações nominativas. Em 19 de fevereiro de 2024, o Conselho de administração das coligadas indiretas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, aprovaram a 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia firme de colocação e sob o rito de registro automático, no montante total de R\$ 1.287.000 e R\$ 2.137.685, com prazo de vencimento de 10 anos e 6 meses para as debêntures da primeira série, e de 18 anos e 6 meses para as debêntures da segunda série. Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a captação da 6ª emissão de Debêntures no montante de R\$ 1.000.000, em série única, com vencimento em 10 anos.

Controlador Fábio Roberto Benvidino - CRC 1SP255684/O-3

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações feitas intencionalmente. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades do negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC SP-027623/0 José Antonio de Andrade Navezete Contador - CRC SP-198698/O



* continuação

Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas - C.N.P.J. nº 60.659.463/0029-92

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

José Vicente Marino - Diretor-Presidente
José Maurício Mora Puliti - Diretor Executivo Administrativo FinanceiroGabriela Mallmann - Diretora Executiva de Qualidade & Assuntos Regulatórios
Wilson Nascimento Pereira Junior - Diretor Executivo Divisão Prescrição e Cuidados EspeciaisMárcio Reis de Freitas - Diretor Executivo de Manufatura e Expansão
Roberto Dorsa Crestana - Diretor M&A - Unidade Genéricos

CONTADOR

Adriano Batizati | CRC-SP-249835/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas (Nota 2.5(a) e 19)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos administrativos e judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação de normas tributárias, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia e suas controladas estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos e provisiona aqueles considerados como de perda provável. Esse assunto foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria pois, a determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes divulgados, envolve julgamento crítico da administração, quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor estimado de liquidação. Quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão de bonificação de clientes (Nota 2.5(d) e 18)

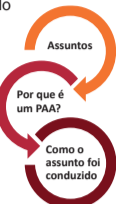
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de provisão de bonificação de clientes, os quais se referem a acordos comerciais mantidos com os clientes, principalmente distribuidores e grandes redes de farmácias. Os acordos comerciais possuem diversas condições contratuais que levam em consideração estratégias de vendas por região, produtos e clientes, além de períodos sazonais e volume de vendas. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e volume de transações, que em sua maioria, são registradas e controladas por meio de processos e controles manuais, que podem, eventualmente, ocasionar em processamento incorreto de informações e resultar na contabilização e apresentação inadequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas torna-

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Entendimento dos procedimentos estabelecidos pela administração para identificar e monitorar o andamento dos processos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. (b) Entendimento, com o apoio de nossos especialistas da área tributária, sobre o objeto dos principais processos em andamento, bem como obtenção da documentação-suporte da avaliação da administração e opinião de especialistas externos contratados, e avaliação da razoabilidade das conclusões da administração. (c) Obtenção da confirmação externa dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera administrativa e judicial. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios, assim como dos principais controles de conciliação de saldos. (b) Inspeção dos acordos vigentes junto aos clientes, em base amostral, bem como inspeção dos pagamentos subsequentes e memórias de cálculo que suportam o registro das provisões contábeis. (c) Obtenção de confirmação externa junto aos clientes com saldos em aberto. (d) Revisão dos lançamentos contábeis específicos para risco de contrapartidas não usuais. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



das em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador - CRC 1SP256197/O-9



Essencial para a vida

Relatório da Administração: A combinação entre a força da Companhia, uma experiência de compra em constante evolução, um rigoroso controle de despesas, o êxito na expansão e uma estratégia comercial pautada nos princípios sólidos, auferiu de participação no mercado de crescimento substancial. No ano de 2023, em um cenário macroeconômico marcado pelo aumento de juros, as vendas, apesar das dificuldades, foram capazes de atender às diversas demandas dos consumidores, demonstrando, mais uma vez, que nossa proposta de valor é vitalícia. Em 2023, a Companhia recebeu importantes prêmios que nos enchem de alegria e orgulho. Formos reconhecidos como a marca mais amada de São Paulo no segmento Pet pela Veja SP e recebemos o Prêmio Excelência em Varejo do IBEVARTIA, destacando nossa eficiência como empresa varejista. Em fevereiro, conquistamos o 11º lugar no ranking do GWTP (Great Place to Work), consolidando a Cobasi como uma das melhores empresas para se trabalhar. Esses prêmios refletem nosso compromisso com a excelência e o bem-estar de nossos clientes e colaboradores. A aquisição da Mundo Pet, concluída em fevereiro de 2023, representou um investimento de R\$ 53,409 milhões no exercício de 2023 e proporcionou o incremento de 14 novos lojas à operação, com pontos de distribuição em toda a rede. Este evento também foi marcado pelo lançamento do nosso novo plano de negócios. O Distribuição Digital, nosso novo plano de negócios, tem como sua principal estratégia de oferecer um serviço de qualidade e estar próximo dos nossos clientes. Avançamos ainda mais na implementação de serviços nas lojas e na estratégia de omnicanal. No 4T23, inauguramos 12 novas lojas sob a marca Cobasi, elevando nosso total para 30 no ano somado à aquisição de 14 lojas da operação Mundo Pet, encerrando o ano de 2023 com 230 lojas. Sua expansão refletiu nosso compromisso contínuo em atender às necessidades dos amantes de animais de estimação e consolidar a marca Cobasi como a principal referência em lojas pet no Brasil. O rápido progresso do projeto da franquia de serviços para pets Pet Anjo é um testemunho do êxito de nossa estratégia. Em 2023, inauguramos 36 unidades de serviços sob a bandeira Pet Anjo, elevando o número total de unidades franqueadas para 65 unidades.

Balancetes patrimoniais		Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Nota	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.551	240.000	98.385	112.428				
Aplicações financeiras	5	47.478	—	47.478	—				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	255.544	284.968	256.010	240.133				
Estoques	7	11.699	284.968	340.363	285.059				
Tributos a recuperar	8	7.188	31.909	7.190	31.900				
Despesas antecipadas	9	4.866	2.905	4.866	2.907				
Outros ativos	9	753.345	782.583	755.467	787.113				
Total do ativo circulante		1.498.584	1.007.779	1.498.584	1.407.670				
Realizável a longo prazo	5	71.343	32.952	71.343	32.952				
Aplicações financeiras	10	62.632	36.328	62.632	36.329				
IR e CS diferido	21	7.711	15.266	7.711	15.269				
Depreciação judicial	9	1.958	—	1.959	—				
Outros ativos	9	1.958	—	1.959	—				
Total do realizável a longo prazo		74.584	80.886	74.584	80.886				
Total do ativo		1.573.168	1.088.665	1.573.168	1.488.556				
Passivo não circulante		1.296.036	2.054.212	1.296.922	2.052.182				
Demontros do resultado abrangente									
Lucro líquido do exercício		58.740	80.886	58.740	80.886				
Outros resultados abrangentes		58.740	80.886	58.740	80.886				
Resultado abrangente do exercício		58.740	80.886	58.740	80.886				

Demontros das mutações do patrimônio líquido

Nota	Reservas de Capital		Reservas de Lucro		Lucros a L	Total
	Capital	Reserva de Reserva	Reserva de Lucro	disposição da Lucro líquido		
107.110	200.000	—	3.664	386.426	—	697.196
22	—	—	—	—	80.088	80.886
22	—	—	—	—	4.444	4.444
22	—	—	17.489	—	—	17.489
22	—	—	—	76.074	(76.074)	—
22	—	—	—	—	(768)	(768)
22	107.110	200.000	17.489	—	7.704	462.500
22	107.110	200.000	17.489	—	7.704	462.500
22	—	—	—	—	—	58.740
22	36.000	—	—	—	—	36.000
22	17.409	—	—	—	—	17.409
22	(27.767)	—	—	—	—	(27.767)
22	—	6.154	—	—	—	6.154
22	264.500	—	—	(264.500)	—	—
22	—	—	198.000	—	(198.000)	—
22	—	—	—	2.937	—	(2.937)
22	—	—	—	—	(558)	(558)
22	—	—	55.245	—	(55.245)	—
407.610	189.642	23.643	253.245	10.641	—	884.781

Saldos em 1º de janeiro de 2022

Lucro líquido do exercício

Destinação do Lucro: Constituição de reserva legal

Opções outorgadas

Lucros à disposição da assembleia geral

Dividendos

Saldos em 31 de dezembro de 2022

Aumento de capital

Reserva de IR em emissão de ações

Reserva de designação na Incorporação de ações

Opções outorgadas

Reserva de expansão com lucros acumulados

Constituição de reserva legal

Dividendos

Reserva de expansão com resultado do exercício

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima com sede contratual no RJ e sua sede operacional em São Paulo. A sociedade anônima denominada "Companhia" ou "Cobasi", tem como atividade principal o comércio varejista de animais vivos e derivados e alimentos para animais de estimação onde atua por meio de sua rede de lojas próprias, do comércio on-line entre outras formas. A Cobasi, com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo e Franqueadora Digital, realiza investimentos significativos em infraestrutura para a expansão de sua rede de lojas próprias e em infraestrutura para a expansão de sua rede de lojas próprias. A Cobasi possui atualmente 230 lojas físicas, 02 Centros de Distribuição e 01 Centro de Distribuição para Comércio Eletrônico (CE) em São Paulo, 186 lojas físicas, 02 Centros de Distribuição e 01 Centro de Distribuição para Comércio Eletrônico em São Paulo e 186 lojas físicas, 02 Centros de Distribuição e 01 Centro de Distribuição para Comércio Eletrônico em Franqueadora Digital. A Cobasi é controlada pelo grupo de empresas abaixo listadas.

Participação direta no capital social

Empresa controlada	Negócio	País	31/12/2023	31/12/2022
Pet-Anjo Intern. de Serv. para Animais Domésticos Ltda (i)	Intermediação de negócios	Brasil	100%	100%
Pet-Anjo Franqueadora Ltda (i)	Franqueadora	Brasil	100%	100%
Nova Gestão e Administração Imobiliária Ltda (ii)	Administração de bens imóveis	Brasil	100%	100%

(i) A Empresa foi adquirida em 2021 e tem por objetivo a prestação de serviços de intermediação de negócios de "pet-care" para animais e prestação de serviços de "pet care" (i) A Pet Anjo Franqueadora foi fundada pela Cobasi em maio de 2022 e tem por objeto a comercialização de franquias de barbear e toa e clínicas médicas veterinárias. (ii) A Nova Gestão foi fundada pela Cobasi em maio de 2022 e tem por objetivo a administração de imóveis residenciais para a Cobasi para seus contratos de locação e encerrou as suas atividades em 26/10/2023. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("IFRS - C&R") e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("IFRS - C&R") e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("IFRS - C&R").

2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **2.3 Apresentação dos segmentos operacionais:** Um segmento operacional é um conjunto de atividades relacionadas a uma linha de negócios que fornece informações sobre o desempenho de cada um dos segmentos e avaliar as decisões estratégicas. As informações por segmento são apresentadas de forma consistente com os relativos interesses financeiros de quem toma as decisões. **2.4 Modos líquidos e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais (R\$ ou BRL). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e condições atuais para reconhecer a existência de eventos futuros. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e condições atuais para reconhecer a existência de eventos futuros. As estimativas são necessárias para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados. **3.1. Arrendamentos:** Arrendamentos são reconhecidos com base no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.2. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.3. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.4. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.5. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.6. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.7. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

3.8. Impostos: O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.9. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.10. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.11. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.12. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.13. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.14. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.15. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

3.16. Impostos: O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.17. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.18. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.19. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.20. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.21. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.22. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.23. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

3.24. Impostos: O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.25. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.26. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.27. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.28. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.29. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.30. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.31. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

3.32. Impostos: O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.33. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.34. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.35. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.36. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.37. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.38. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.39. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.40. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.41. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.42. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.43. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.44. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.45. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

3.46. Impostos: O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.47. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.48. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.49. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.50. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.51. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.52. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.53. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.54. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.55. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.56. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.57. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.58. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.59. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.60. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.61. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.62. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.63. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.64. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.65. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.66. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.67. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.68. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.69. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.70. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.71. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.72. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.73. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.74. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.75. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.76. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.77. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.78. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.79. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.80. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.81. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.82. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.83. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.84. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.85. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.86. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.87. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.88. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.89. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.90. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.91. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.92. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.93. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.94. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.95. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.96. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.97. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.98. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.99. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.100. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.101. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.102. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.103. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.104. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.105. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.106. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.107. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.108. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.109. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.110. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.111. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.112. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.113. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.114. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.115. Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou provável, decorrente de eventos passados, e o reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida. **3.116. Impostos:** O reconhecimento de impostos é baseado no custo histórico e no reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de dívida.

Localiza Veículos Especiais S.A. CNPJ nº 02.491.588/0001-42

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: O ano de 2023 foi marcado por grandes avanços e grandes desafios...

Balanco patrimonial em milhares de reais. Table with 5 columns: Nota, 31/12/23, 31/12/22, 31/12/23, 31/12/22. Rows include Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, and Reservas de capital.

2 - CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS: O ambiente externo, apesar de ainda volátil, começa a ganhar contornos...

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Individual" e "Consolidado"...

2.2 Bases de consolidação e investimento em subsidiárias: A Companhia consolida todas as empresas sobre as quais detém o controle...

3 Normas, alterações e interpretações de normas contábeis: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB...

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Table showing balance sheet changes with columns for Individual and Consolidated, and rows for Reservas de capital, Lucros acumulados, and Total.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Table showing comprehensive income with columns for Individual and Consolidated, and rows for Fornecedores, Outras contas a pagar, Total, and Lucros acumulados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional A Localiza Veículos Especiais S.A. ("Localiza Veículos Especiais" ou "Companhia"), anteriormente denominada Localiza Veículos Especiais S.A., é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 24 de abril de 1998...

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Individual" e "Consolidado"...

2.2 Bases de consolidação e investimento em subsidiárias: A Companhia consolida todas as empresas sobre as quais detém o controle...

3 Normas, alterações e interpretações de normas contábeis

3.1 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e adotados pela Companhia: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB...

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Table showing cash flows with columns for Individual and Consolidated, and rows for Fluxos de caixa de atividades operacionais, Fluxos de caixa de atividades de investimento, Fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Lucro líquido do exercício

Table showing net income with columns for Individual and Consolidated, and rows for 2023 and 2022.

Índice de endividamento

Índice de endividamento baseado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição da carteira de clientes: A carteira de clientes da Companhia é composta por diversas categorias...

7.2 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.3 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.4 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.5 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.6 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.7 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.8 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.9 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.10 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.11 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.12 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.13 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.14 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.15 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.16 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.17 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.18 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.19 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.20 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.21 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.22 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.23 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.24 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.25 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.26 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.27 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.28 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.29 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.30 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.31 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.32 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.33 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.34 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.35 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.36 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.37 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.38 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.39 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.40 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.41 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.42 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.43 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.44 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.45 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.46 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.47 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.48 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

7.49 Composição da carteira de clientes (continuação)

Table showing customer portfolio composition with columns for Ativo, Passivo, and Liquido.

CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S.A.

C.N.P.J.: 52.164.662/0001-09

Financial statement table with multiple columns for 2023 and 2022, including sections for 12.2. Passivos de arrendamento, 13. OUTROS ATIVOS, 14. FONECEDORES, 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, 16. DEBENTURES, 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, 18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, 19. PARTES RELACIONADAS, 20. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO, 21. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO, 22. OUTROS PASSIVOS, 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO, 24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA, 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA, and 26. Balanço Patrimonial.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6ACB-D777-53B8-87FB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6ACB-D777-53B8-87FB



Hash do Documento

AEB603D7F54D8E790405836FF68E3C8C4F101E3E3AD542845233C86322409944

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 01/04/2024 09:14
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

